



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

MILA DA COSTA SALES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL
DO INTERIOR DO MARANHÃO

SÃO BERNARDO-MA

2025

MILA DA COSTA SALES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL
DO INTERIOR DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Humanas/Sociologia como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Dr. Josenildo Campos
Brussio

SÃO BERNARDO-MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

da Costa Sales, Mila.

Educação Inclusiva em uma Escola Municipal da Zona Rural do Maranhão / Mila da Costa Sales. - 2025.
99 p.

Orientador(a): Josenildo Campos Brussio.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, São Bernardo, 2025.

1. Educação Inclusiva. 2. Maranhão. 3. Zona Rural. 4. Diversidade. 5. Inclusão. I. Campos Brussio, Josenildo. II. Título.

MILA DA COSTA SALES

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL
DO INTERIOR DO MARANHÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Humanas/Sociologia como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientador: Dr. Josenildo Campos
Brussio

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio (Orientador)

UFMA/São Bernardo

Profa. Dra. Karine Martins Sobral (Avaliadora Interna)

UFMA/São Bernardo

Profa. Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira (Avaliadora Interna)

– UFMA/São Bernardo

Dedico este trabalho a Deus, à minha mãe Lidianne da Costa Cunha, à minha avó Maria da Cunha, aos meus irmãos e a todos aqueles que sempre me apoiaram e ajudaram na minha caminhada acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, acima de tudo, quero agradecer a Deus por ter me fortalecido ao longo dessa caminhada e por nunca ter permitido que a minha fé fosse abalada. Devo a Ele tudo em minha vida, pela oportunidade que tive de chegar aonde cheguei, graças a Ele.

Agradeço aos meus pais, especialmente à minha querida mãe, Lidiane da Costa Cunha, por todo o seu amor, cuidado, preocupações e por me encorajar nos momentos mais difíceis ao longo dessa jornada. Este sonho não se tornou apenas meu, mas também seu. A senhora vibrou e se alegrou a cada nota alcançada e a cada etapa concluída da graduação. Por cada palavra de incentivo, por acreditar em mim mesmo quando eu duvidava da minha capacidade. Ao meu pai, José Ribamar de Sales, por sempre me apoiar e por ter contribuído significativamente com o suporte necessário ao longo dessa trajetória. Sou imensamente grata por tudo que vocês fizeram por mim.

Aos meus avós, Francisco Pereira, que foi como uma figura paterna em minha vida, e à minha amada avó, Maria da Cunha, agradeço pelo amor incondicional, pelas orações diárias e pela presença constante em minha vida. Seu carinho e cuidado foram fundamentais na minha formação pessoal e acadêmica. Reconheço, com gratidão, tudo o que a senhora fez por mim desde o meu nascimento. Você (vó), e minha mãe foram os principais combustíveis para que eu chegasse até aqui. Nos momentos mais difíceis, eu sempre me lembrava de quem estava comigo, do motivo da minha caminhada e do meu grande sonho da graduação. Esse sonho deixou de ser só meu e passou a ser nosso. Sou imensamente grata a Deus por poder compartilhar esse momento com vocês.

Agradeço aos meus irmãos: Ravena da Costa Pires, por todo o apoio e por ter me ajudado financeiramente durante essa etapa da minha vida; e Otávio da Costa Rocha, por estar sempre disponível para me levar até Magalhães para ir à faculdade.

Aos meus adorados sobrinhos, João Miguel da Costa de Sousa, João Guilherme Costa de Sousa e Mavie dos Santos Rocha, vocês foram meu grande refúgio nos momentos em que eu chegava em casa cansada e triste. Com suas ternuras, alegrias e a felicidade expressa nas coisas mais simples, vocês me alegravam com o carinho mais puro e sincero.

Agradeço ao meu padrasto, Neuton Ferreira Rocha, por toda a ajuda e pela disponibilidade em me acompanhar. Dispôs-se a me deixar em Magalhães e também a me buscar. Agradeço ainda aos meus cunhados, Francisco das Chagas Costa de Sousa e

Isabela dos Santos Alves, por todo o apoio.

Aos meus tios que me ajudaram, direta e indiretamente, na realização de uma etapa importante da minha vida: Tios Sebastião Alves, Maria do Rosário Cunha, Cristiane Cunha e Luzinete Alves.

Agradeço aos meus primos Dhomini Cunha, Emily Cunha e Raylene Coelho pelo apoio, e, principalmente, à minha prima Helena Cristina Rodrigues, que esteve ao meu lado, ajudando-me em tudo que necessitava e sempre acreditou em mim, não deixando que eu desistisse nos momentos mais difíceis.

Agradeço a Nara Kessya Gonçalves Freires por todo o apoio e ajuda, por ter me escutado sempre que precisei nos momentos de crise de ansiedade, e por estar sempre pronta a me oferecer ajuda sempre que necessário.

Aos meus amigos do curso de Ciências Humanas/Sociologia, Marcelo Lopes Maria Vitória Coelho e Maria Eugênia Silva, pelas experiências compartilhadas, pelos momentos de alegria e pelas brincadeiras que tornaram essa trajetória mais leve e agradável. Deixo também um agradecimento especial ao meu grupo de trabalho, Gleissa Santos, José Ferreira, Gustavo Lopes e Cínthia Silva, pela parceria, união e empenho dedicados em cada atividade desenvolvida ao longo do curso.

Registro aqui meu profundo agradecimento e reconhecimento ao meu orientador, Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio, gostaria de expressar minha sincera gratidão por ter aceitado ser meu orientador. Agradeço pela dedicação, paciência, disponibilidade e por cada orientação valiosa que contribuiu de forma essencial para a construção do meu TCC. Seu apoio constante ao longo deste processo foi fundamental. Sou muito grata por tê-lo como referência: um professor inspirador, sempre motivador e com uma alegria contagiante, que nos inspira enquanto futuros docentes.

Manifesto meu sincero agradecimento a todos os professores do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão – Centro de Ciências de São Bernardo, pelos conhecimentos e ensinamentos transmitidos, que contribuíram imensamente para minha formação como futura docente.

Para finalizar, quero expressar minha imensa gratidão a todos que mencionei aqui e àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a minha formação acadêmica. Além disso, agradeço a quem esteve ao meu lado, torcendo por mim, me fortalecendo com apoio, carinho e palavras de incentivo ao longo dessa trajetória.

“Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Paulo Freire (1987)

RESUMO

Este estudo aborda a Educação Inclusiva no estado do Maranhão, com foco em uma escola localizada na zona rural. O objetivo é investigar como se desenvolvem os processos de Educação Inclusiva na Escola Municipal da zona rural do interior do Maranhão. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, estruturada em duas etapas, na primeira, realizou-se um levantamento bibliográfico, por meio do qual foram explorados os aspectos teóricos relacionados à questão, de estudos já realizados sobre o tema. Essa revisão teórica acompanhou toda a construção do trabalho, com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade investigada. Diante disso, as referências bibliográficas centrais do estudo foram: Ainscow (2009); Mantoan (2003; 2015), Plaisance (2015), Sanches (2005). A segunda etapa do estudo consistiu na realização de uma pesquisa de campo na Escola Municipal, situada na zona rural do interior do Maranhão, onde foram realizadas entrevistas com quatro professores, o gestor escolar e os alunos. Os dados obtidos por meio da pesquisa de campo indicam que o ambiente escolar da rede regular de ensino municipal enfrenta problemas como: a visão limitada dos docentes sobre a educação inclusiva, que vai além da simples integração de alunos com deficiência em salas regulares, a ausência de programa ou práticas voltadas à inclusão, a falta de formação continuada e a ausência de uma educação antirracista. Além disso, há uma carência de discussões bem claras e bem trabalhadas em sala de aula para a conscientização dos alunos. Portanto, é fundamental transformar o ambiente escolar em um espaço que promova e respeite a diversidade, garantindo que todos tenham acesso a uma educação justa, inclusiva e transformadora. Essa mudança não deve se restringir apenas ao ambiente escolar, mas precisa se estender a toda a sociedade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Maranhão. Zona Rural. Diversidade. Inclusão.

ABSTRACT

This study addresses Inclusive Education in the state of Maranhão, focusing on a school located in a rural area. The objective is to investigate how Inclusive Education processes develop in Municipal Schools in rural areas of the interior of Maranhão. The research adopted a qualitative approach, structured in two stages. The first stage involved a bibliographical survey, exploring theoretical aspects related to the issue, based on previous studies on the topic. This theoretical review accompanied the entire development of the work, aiming to deepen the understanding of the reality investigated. Therefore, the central bibliographical references for the study were: Ainscow (2009); Mantoan (2003; 2015); Plaisance (2015); and Sanches (2005). The second stage of the study consisted of field research at the Municipal School, located in a rural area of the interior of Maranhão, where interviews were conducted with four teachers, the school administrator, and students. The data obtained through the field research indicate that the school environment in the regular municipal school system faces problems such as: teachers' limited vision of inclusive education, which goes beyond simply integrating students with disabilities into regular classrooms; the absence of programs or practices focused on inclusion; the lack of ongoing training; and the absence of anti-racist education. Furthermore, there is a lack of clear and well-structured classroom discussions to raise student awareness. Therefore, it is essential to transform the school environment into one that promotes and respects diversity, ensuring that everyone has access to a fair, inclusive, and transformative education. This change should not be limited to the school environment alone, but must extend to society as a whole.

Keywords: Inclusive Education. Maranhão. Rural Area. Diversity. Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Professores/gestor escolar	33
Gráfico 2: Alunos	33
Gráfico 3: Professores/gestor escolar/idade	34
Gráfico 4: Alunos/idade	35
Gráfico 5: Professores/gestor escolar/raça e etnia	36
Gráfico 6: Alunos/ raça e etnia	36
Gráfico 7: Alunos por série	37
Gráfico 8: Professores/gestor escolar – formação	38
Gráfico 9: Professores/gestor escolar – área de atuação	39
Gráfico 10: Professores/gestor escolar - residência	40
Gráfico 11: Alunos – residência	41
Gráfico 12: Respostas dos alunos à primeira pergunta	43
Gráfico 13: Respostas dos alunos à segunda questão	47
Gráfico 14: Respostas dos alunos à terceira questão	50
Gráfico 15: Respostas dos alunos à quarta questão	54
Gráfico 16: Respostas dos alunos à quinta questão	57
Gráfico 17: Resposta dos alunos à sexta questão	61
Gráfico 18: Resposta dos alunos a sétima questão	67
Gráfico 19: Resposta dos/as alunos/as a oitava questão	70
Gráfico 20: Resposta dos alunos a nona questão	74
Gráfico 21: Resposta dos alunos a décima questão	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Professores/gestor escolar - experiência	38
Tabela 2: Respostas dos professores/gestor escolar à primeira questão	41
Tabela 3: Respostas dos professores/gestor escolar à segunda questão	44
Tabela 4: Respostas dos professores/gestor escolar à terceira questão	48
Tabela 5: Respostas dos professores/gestor escolar à quarta questão	51
Tabela 6: Respostas dos professores/gestor escola à quinta questão	54
Tabela 7: Respostas dos professores/gestor escola à sexta questão	58
Tabela 8: Resposta dos professores/gestor escola à sétima questão	63
Tabela 9: Resposta dos professores/gestor escolar à oitava questão	68
Tabela 10: Resposta dos professores/gestor escolar à nona questão	71
Tabela 11: Resposta dos professores/gestor escolar à décima questão	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CCSB- Centro de Ciência de São Bernardo

CDC – Convenção dos Direitos das Crianças

CEB- Câmara de Educação Básica

CNE- Conselho Nacional de Educação

EJAI- Educação de Jovens, Adultos e Idosos

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e outras

MA- Maranhão

MEC- Ministério da Educação

NEE- Necessidades Educativas Especiais

ONU- Organização das Nações Unidas

PP- Projeto Político

PPP- Projeto Político-Pedagógico

PCNS- Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

SECADI- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SEMECTI- Secretaria Municipal de Educação Ciências, Tecnologia e Inovação

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TEA- Transtorno do Espectro Autista

UFMA- Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	EDUCAÇÃO INCLUSIVA: o que é?	19
3	UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL DO INTERIOR DO MARANHÃO.....	30
1.1	Caracterização da Escola.....	30
1.2	Procedimentos Metodológicos da Pesquisa de Campo	30
1.3	Resultados e Discussões.....	32
1.4	Limites e possibilidades: a opinião de professores, gestor escolar e alunos sobre a Educação Inclusiva.	42
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	83
6	APÊNDICES	88

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho, intitulado *Educação inclusiva em uma Escola Municipal da Zona Rural do Interior do Maranhão*, tem como principal objetivo analisar como se desenvolvem os processos de Educação Inclusiva na referida escola. A inclusão visa garantir que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças, necessidades ou limitações. A nossa Constituição Federal de 1988, assegura em seu Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1998).

Segundo a autora Ainscow (2009), a educação inclusiva vai além da simples integração de pessoas com deficiência nas escolas regulares. Ela envolve todo um conjunto de práticas e políticas que visam criar um ambiente acolhedor, estimulante e adaptado a todos os estudantes, sejam eles com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais, transtornos de aprendizagem, necessidades especiais ou qualquer outra condição que pudesse limitar seu acesso à educação.

A perspectiva de inclusão está ancorada em uma visão mais ampla, não se restringindo apenas ao campo da Educação Especial, mas à inclusão de todos. Segundo Reis (2006), o conceito de necessidades educacionais especiais foi ampliado, passando a abranger não somente crianças com deficiências, mas também aquelas que enfrentam dificuldades temporárias, repetência escolar, situação de rua, trabalho infantil, pobreza extrema ou qualquer outra condição que as mantenha fora da escola.

Sendo assim, a educação inclusiva também busca combater o preconceito e a discriminação no âmbito escolar, promovendo uma cultura de respeito, tolerância e valorização das diferenças. Dessa forma, todos os alunos têm a oportunidade de aprender, desenvolver suas habilidades e participar plenamente da vida escolar, preparando-se para uma cidadania ativa e inclusiva na sociedade.

O interesse para a realização deste estudo surgiu a partir das disciplinas *Cultura, Identidade e Diversidade*; *História e Política Educacional*; e *Educação para Diversidade*, ofertadas no Curso de Licenciatura em Ciências Humana/Sociologia na Universidade Federal do Maranhão – UFMA, do Centro de Ciências de São Bernardo – CCSB.

Além disso, este trabalho se fundamenta nas experiências e influências adquiridas durante a realização do estágio no Ensino Fundamental I, ocorrido na cidade de Magalhães de Almeida – MA. Durante esse período, foi possível observar uma criança em situação de vulnerabilidade socioeconômica em comparação aos demais alunos, o que representava uma desvantagem no contexto escolar. Ademais, verificou-se que uma estudante com deficiência não recebia o suporte adequado para seu pleno desenvolvimento educacional. Outro fator determinante para a realização deste estudo foi a relevância do projeto enquanto uma abordagem inovadora, possibilitando sua articulação no campo da educação inclusiva.

Destaco que fui bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) no período de maio de 2023 a abril de 2024, atuando no subprojeto/área *As ciências humanas e a diversidade étnico-cultural: educação e interdisciplinaridade*, coordenado pela professora Dra. Ana Caroline Amorim Oliveira, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Campus de São Bernardo. O subprojeto teve como objetivo melhorar o ensino e a aplicação do conteúdo de história e cultura afro-indígena no planejamento e no processo de ensino-aprendizagem em duas escolas públicas de São Bernardo/MA, promovendo a formação de cidadãos críticos e reflexivos, atentos à cultura, gênero, diversidade étnica e religiosa, povos tradicionais e Direitos Humanos. A participação no programa foi fundamental para o desenvolvimento da minha pesquisa, pois a experiência no PIBID proporcionou amadurecimento e reflexão sobre os problemas presentes nas escolas, conduzindo-me ao objeto de estudo do meu trabalho.

O presente trabalho insere-se na temática da importância de uma educação inclusiva contínua e efetiva, fundamentada na rejeição de qualquer forma de exclusão. Nesse sentido, busca-se evitar fatores que gerem situações desfavoráveis no ambiente escolar, promovendo a equidade, a valorização e o reconhecimento das necessidades individuais dos alunos.

A relevância social e acadêmica deste estudo justifica-se, primeiramente, pelo fato de que, apesar do crescente debate sobre a educação inclusiva na contemporaneidade e da existência de leis que asseguram esse direito, a inclusão ainda enfrenta resistência tanto na sociedade brasileira quanto no ambiente escolar. Essa relutância evidencia a necessidade de aprofundar as discussões sobre práticas educacionais que promovam a equidade, o reconhecimento e a valorização da diversidade.

Além disso, este estudo se torna ainda mais pertinente por ter como foco de análise a Educação Fundamental no município onde resido, o que reforça a importância de investigar essa temática. Dessa maneira, busca-se não apenas despertar o interesse para a discussão sobre inclusão escolar, mas também contribuir de forma significativa para a escola em questão, para o município, para a universidade e para todos aqueles que se interessam pelo tema. Portanto trata-se de uma área de estudo essencial para o desenvolvimento de projetos e ações que favoreçam uma educação mais inclusiva.

O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre a Educação Inclusiva na Escola Municipal, localizada no interior do Maranhão. Além disso, busca-se analisar os desafios e incertezas que envolvem o ensino inclusivo, considerando as dificuldades enfrentadas pela escola. Também investiga como a inclusão está sendo aplicada na prática educacional. Dessa forma, pretende compreender os obstáculos e propor reflexões para aprimorar a inclusão no ambiente escolar.

Diante disso, definimos como objetivo geral: investigar como se desenvolvem os processos de educação inclusiva na Escola Municipal da zona rural do interior do Maranhão. E como objetivos específicos: identificar as práticas pedagógicas inclusivas na Escola Municipal da zona rural do interior do Maranhão; examinar a percepção dos professores, gestor escolar e alunos sobre a educação inclusiva, considerando os desafios enfrentados e as estratégias utilizados; analisar, a partir das entrevistas realizadas com os professores, o diagnóstico das práticas pedagógicas inclusivas na escola municipal da zona rural do interior do Maranhão.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, estruturada em duas etapas: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico, por meio do qual foram explorados os aspectos teóricos relacionados às questões educacionais e à educação inclusiva, de estudos já realizados sobre o tema. Essa revisão teórica acompanhou toda a construção do trabalho, com o objetivo de aprofundar a compreensão da realidade investigada. Considerando a responsabilidade e o compromisso sociais inerentes a esta pesquisa, os autores expostos foram selecionados cuidadosamente para serem trabalhados ao longo de todo o estudo.

Assim, fundamentamo-nos em teóricos relevantes da área da Educação Inclusiva, tais como Ainscow (2009); Mantoan (2003; 2015), Plaisance (2015), Sanches (2005), entre outros. Ao longo deste estudo, utilizou-se a obra desses autores com o objetivo de compreender a inclusão escolar, tema que tem se fortalecido nos últimos anos.

Segundo Brito, Oliveira e Silva (2021), a pesquisa bibliográfica é essencial para a construção do conhecimento, pois permite a realização de novas descobertas com base em informações previamente elaboradas e produzidas. Além disso, desempenha um papel fundamental no aprendizado e no amadurecimento acadêmico, considerando os avanços e inovações nas diversas áreas do saber. Conforme Boccato (2006, p. 266), um dos principais objetivos da pesquisa bibliográfica é “[...] resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas”. Destacamos que o objetivo não é oferecer soluções definitivas, mas incentivar reflexões e suscitar perguntas que indiquem alternativas viáveis a serem exploradas.

A segunda etapa do estudo consistiu na realização da pesquisa de campo, abrangendo a elaboração do plano de ação e dos instrumentos necessários para a análise do trabalho. A pesquisa foi desenvolvida com a comunidade escolar da Escola Municipal, localizada no interior do Maranhão, por meio de entrevistas com quatro professores e com o gestor escolar. Além disso, foram aplicados questionários em sala de aula às turmas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental. Para ambos, foi determinado um número específico de perguntas. Ademais, realizaram-se análises de diversos documentos, como leis e decretos.

De acordo com Lakatos (2003), a pesquisa de campo tem como finalidade obter informações e conhecimentos sobre um problema a ser solucionado, uma hipótese a ser comprovado ou novo fenômenos e suas inter-relações. Esse tipo de pesquisa envolve a observação dos fatos e fenômenos em sua ocorrência natural, a coleta de dados correspondentes e o registro de variáveis consideradas relevantes para análise.

Dessa maneira, este trabalho está organizado em três partes, sendo a primeira uma introdução destinada a apresentar reflexões iniciais sobre o contexto da pesquisa. No segundo capítulo, será refletido acerca sobre Educação Inclusiva: o que é? No terceiro capítulo, buscamos entender como os professores e o gestor escolar lidam com a educação inclusiva, suas percepções e práticas. Além disso, investigar como os alunos enxergam essa questão, suas experiências e desafios. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, nas quais serão discutidos os principais resultados alcançados ao longo deste estudo.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE É?

O objetivo deste capítulo é definir o conceito e destacar sua importância no contexto educacional, com ênfase na transição da educação especial para o modelo de educação inclusiva, ressaltando o papel do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os desafios da educação inclusiva no Brasil e a formação dos professores.

A Educação Inclusiva tem se expandido cada vez mais, deixando de se restringir apenas à inserção de alunos com necessidades especiais no ambiente escolar. Esse modelo visa garantir uma aprendizagem acessível a todos, considerando as diferenças individuais, como capacidades, ritmos de aprendizado e especificidades diversas. Mais do que um novo método, trata-se de uma mudança de paradigma que assegura a todos os estudantes o direito de aprender, se desenvolver e interagir socialmente.

Assim, independentemente de suas condições físicas, socioeconômicas, raciais ou de outros fatores, todos os alunos devem ter acesso à educação em escolas regulares, onde sejam devidamente acolhidos. Com base na autora Mantoan (2003), a integração escolar busca inserir alunos que anteriormente foram excluídos do sistema de ensino. Por outro lado, a inclusão escolar tem como princípio fundamental garantir que todos os estudantes tenham acesso ao ensino regular desde o início de sua trajetória escolar. As escolas inclusivas devem se organizar de maneira a atender às necessidades de todos os alunos, estruturando-se de forma adequada para acolhê-los sem discriminação. O autor Ainscow destaca que a Educação Inclusiva é vista, em alguns países, como:

Em alguns países, a educação inclusiva é vista como uma forma de servir crianças com deficiência no ambiente da educação geral. Internacionalmente, contudo, é vista de forma cada vez mais ampla, como uma reforma que apoia e acolhe a diversidade entre todos os estudantes (Unesco, 2001 apud Ainscow, 2009, p. 11)

Segundo a Declaração de Salamanca (1997), todas as crianças, independentemente do sexo, possuem o direito fundamental à educação, devendo ter acesso a oportunidades que garantam a aquisição e a manutenção de um nível adequado de conhecimento. Além disso, reconhece-se que cada criança possui características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem próprias, o que exige que os sistemas educacionais sejam estruturados e os programas pedagógicos elaborados de forma a contemplar essa diversidade. Evidencia-se que:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um (Mantoan, 2003, p. 36).

É notória a importância de uma Educação Inclusiva e de uma estrutura escolar adequada para garantir ensino e acolhimento a todos. Segundo Plaisance (2015), a transição da educação integrativa para a inclusiva vai além de um discurso modernista, ao propor que não sejam as crianças a se adaptarem às estruturas escolares, mas sim as instituições que devem se reorganizar para acolher a diversidade, ajustando-se em aspectos como o currículo e o acolhimento, a fim de evitar formas de exclusão dentro do próprio ambiente escolar.

De acordo com a autora Sanches (2005), a construção de uma Educação Inclusiva representa um dos maiores desafios da educação contemporânea, pois atribui à escola a responsabilidade de deixar de excluir e passar a incluir, acolhendo a diversidade de seus alunos e promovendo o sucesso de todos, independentemente de cor, raça, cultura, religião ou tipo de deficiência.

Para embasar a discussão, é fundamental ressaltar que, de acordo com Mantoan (2003), o sucesso da formação nas escolas está diretamente ligado ao reconhecimento e à valorização das diferenças como parte essencial do processo de ensino-aprendizagem. Além disso, destaca-se a importância de professores conscientes de suas práticas para garantir a aprendizagem de todos os alunos. Outro fator essencial é a cooperação entre os envolvidos no processo educativo, tanto dentro quanto fora da escola. Na visão de Sanches (2005), o ensino pode ocorrer mesmo em contextos difíceis, desde que haja crença na sua possibilidade, uso de recursos adequados, criatividade e trabalho docente. Para a autora, a escola deve superar sua função histórica de segregação e oferecer uma educação de qualidade que garanta o sucesso de todos sob sua responsabilidade.

O contexto escolar, por sua vez, para atender aos princípios da “lógica da inclusão”, necessita apoiar-se em bases teóricas que valorizem o saber como construção e reconstrução, que defendam a diversidade como princípio norteador das relações interativas entre os sujeitos. (Silva, 2009, p. 186).

Ao longo dos anos, tem havido um reconhecimento crescente da importância de uma educação para todos, independentemente das necessidades específicas,

sabemos que o número de crianças que necessitam de educação inclusiva nas escolas aumentou significativamente nos últimos anos. Isto significa que as crianças com deficiências emocionais ou sociais devem receber recursos adequados para que possam participar plenamente nas atividades escolares. Conforme a Lei nº (10.098/2000), foi estabelecida normas gerais e critérios básicos com o objetivo de promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio da eliminação de barreiras e obstáculos presentes em espaços públicos, no mobiliário urbano, nas edificações e nos meios de transporte e comunicação (Brasil, 2000).

Para fundamentar a reflexão, é essencial apontar que, “os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001).

É importante destacar que a Convenção dos Direitos da Criança (CDC), um tratado sobre os direitos das crianças, foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989 e entrou em vigor em setembro de 1990. O documento assegura que todas as crianças tenham seus direitos garantidos sem discriminação, abrangendo vida, educação, saúde e proteção. Além disso, determina que o Estado deve implementar medidas para garantir o bem-estar infantil, sempre priorizando o interesse superior da criança e promovendo a equidade para todas. Os artigos 2, 23 e 28 da CDC, conforme serão resumidos a seguir, oferecem bases legais para desenvolver estratégias de inclusão. Além disso, estabelecem medidas para assegurar que todas as crianças, sem exceção, tenham acesso à educação e consigam permanecer na escola, garantindo seu sucesso escolar. Organização das Nações Unidas (1989) estabelece:

Artigo 2, parágrafo 1: Os Estados Partes devem respeitar os direitos enunciados na presente Convenção e assegurarão sua aplicação a cada criança em sua jurisdição, sem nenhum tipo de discriminação, independentemente de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional, étnica ou social, posição econômica, deficiência física, nascimento ou qualquer outra condição da criança, de seus pais ou de seus representantes legais.

Artigo 23, parágrafo 1: Os Estados Partes reconhecem que a criança com deficiência física ou mental deverá desfrutar de uma vida plena e decente, em condições que garantam sua dignidade, favoreçam sua autoconfiança e facilitem sua participação ativa na comunidade.

Artigo 28, parágrafo 1: Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, para que ela possa exercer esse direito progressivamente e em

igualdade de condições, devem: tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente para todos; estimular o desenvolvimento dos vários tipos de ensino secundário, inclusive o geral e o profissional, tornando-os disponíveis e acessíveis a todas as crianças (...).

É evidente que a transição da Educação Especial para o modelo de Educação Inclusiva visa promover a escolarização de todos os estudantes em um ambiente educacional comum, sem segregação, garantindo equidade no acesso e na participação. Conforme destaca o autor Plaisance (2015), a educação especial foi estruturada com base em uma cultura de segregação, na qual determinadas crianças eram consideradas fora do padrão comum ou até mesmo “ineducáveis”, sendo, por isso, direcionadas para instituições separadas, como classes ou estabelecimentos especializados.

Portanto, é fundamental que todas as escolas atuem em favor da valorização da diversidade “propõe um único sistema educacional de qualidade para todos os alunos, com ou sem deficiências e com ou sem tipos de condições atípicas. É a valorização do ser humano e aceitação das diferenças individuais [...]” (Reis, 2006, p. 41).

Ressalta-se que a exclusão de determinados grupos ou indivíduos é um fenômeno histórico, marcado por processos de segregação. Ao longo do tempo, diferentes sociedades criaram discursos e adotaram práticas que afastaram e isolaram aqueles considerados diferentes, marginalizados ou fora do padrão estabelecido. Essa separação pode ocorrer por diversas razões, como deficiências físicas, motoras, classe social, sensoriais, cor da pele, etnia, gênero, orientação sexual, entre outros aspectos.

Como sabemos que no Brasil, durante os períodos colonial e imperial, o acesso à educação era restrito quase exclusivamente aos homens brancos da elite. Mulheres, pessoas negras, indígenas e pobres eram, em sua maioria, impedidos de frequentar a escola e excluídos desse direito. Independentemente do motivo, a exclusão se baseia na ideia de que o outro é diferente, reforçando desigualdades e promovendo a marginalização.

Acreditava-se que essas distinções ou irregularidades tinham origem no próprio indivíduo, sendo resultado de fatores genéticos ou biológicos. Dessa forma, a pessoa era enxergada de maneira isolada, sem considerar sua relação com a sociedade, sendo completamente excluída. Ao reforçar essa perspectiva, Amaral (1995, p.15) “a ideia de que as deficiências provinham de uma questão biológica, médica, favoreceu a construção de uma visão científica do problema”. É fundamental observar que:

A Educação Especial se constituiu originalmente a partir de um modelo médico ou clínico. Embora esta abordagem seja hoje bastante criticada, é preciso resgatar que os médicos foram os primeiros a despertar para a necessidade de escolarização de indivíduos com deficiência que se encontravam misturados na população dos hospitais psiquiátricos, sem distinção de patologia ou de idade, principalmente no caso da deficiência mental. Sob esse enfoque o olhar médico tinha precedência: a deficiência era entendida como uma doença crônica e todo o atendimento prestado a essa clientela, mesmo quando envolvia a área educacional, era considerado pelo viés terapêutico. A avaliação e identificação eram pautadas em exames médicos e psicológicos com ênfase nos testes projetivos e de inteligência, e rígida classificação etiológica (Glat; Pletsch; Souza Fontes, 2007, p. 346).

Plaisance (2015) afirma que é essencial compreender a história das palavras e representações utilizadas para se referir às pessoas com deficiência, pois muitas delas passaram a ter conotação pejorativa ao longo do tempo. Termos como “anormal”, “retardado”, “débil”, “inválido”, entre outros, carregavam a ideia de que os obstáculos enfrentados por essas pessoas eram insuperáveis e inerentes à sua condição, impactando negativamente sua educação, trabalho e vida cotidiana.

Conforme o autor Silva (1986, p.153) “eram vistos como loucos acusados de estarem possuídos pelos demônios, sendo a sua condição um castigo por seus pecados, e assim eram excluídos do convívio da sociedade”. Todo esse preconceito e rotulação faziam com que as pessoas com deficiência fossem praticamente excluídas da sociedade. Destaca-se que, somente com o surgimento do Cristianismo, as pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidas como seres dotados de alma. Nessa condição, não poderiam ser eliminadas ou maltratadas, pois tais atitudes seriam inaceitáveis dentro da moral cristã.

Ao discutirmos a educação inclusiva, é fundamental compreender que a maneira como nomeamos as pessoas com deficiência carrega significados que vão além da linguagem. Essa questão está diretamente relacionada às barreiras sociais, culturais e estruturais que interferem na plena participação dos sujeitos. Como afirma Plaisance (2015, p. 234):

Nesse sentido, não se trata de afetação da linguagem o emprego da expressão “pessoa em situação de deficiência”, mas de afirmação do peso dos contextos de vida que constituem obstáculos para a pessoa (obstáculos materiais à locomoção, comunicacionais à troca de informações etc.).

Essa perspectiva é central, pois evidencia que a exclusão não está na deficiência em si, mas nas barreiras impostas pelo meio. Tais obstáculos tornam-se ainda mais visíveis, seja pela falta de recursos pedagógicos adequados, seja pelas limitações

estruturais que dificultam a efetivação de uma prática educacional verdadeiramente inclusiva.

Ademais, embora existam leis, documentos e programas para promover a inclusão de crianças e jovens com deficiência ou necessidades especiais, como citado anterior, a fim de defender a educação dos alunos, a implementação eficaz destas políticas é muitas vezes difícil. Conforme exposto pelo autor Ferreira (2009), apesar do aumento das matrículas na rede de ensino, as condições educacionais ainda permanecem desiguais para que os estudantes com deficiência alcancem o sucesso escolar.

Embora a legislação brasileira - na Educação, como em outras áreas - possa ser considerada bastante avançada para padrões internacionais, a promulgação de leis e diretrizes políticas ou pedagógicas não garante, necessariamente, as condições para o seu devido cumprimento. A implementação de um sistema de Educação Inclusiva não é tarefa simples; para oferecer um ensino de qualidade a todos os educandos, inclusive para os que têm alguma deficiência ou problema que afete a aprendizagem, a escola precisa reorganizar sua estrutura de funcionamento, metodologia e recursos pedagógicos, e principalmente, conscientizar e garantir que seus profissionais estejam preparados para essa nova realidade (Glat; Pletsch; Souza Fontes, 2007, p. 350).

Segundo Reis (2006), o conceito de necessidades educacionais especiais foi ampliado, passando a abranger não apenas crianças com deficiências, mas também aquelas que enfrentam dificuldades temporárias, repetência escolar, situação de rua, trabalho infantil, pobreza extrema ou qualquer outra condição que as mantenha fora da escola.

Diante do exposto, o modelo de Educação Inclusiva surge representando uma abordagem política, cultural e educacional, que envolve a integração de três aspectos fundamentais: “1) o reconhecimento da diferença como constitutiva do humano; b) as especificidades no desenvolvimento dos sujeitos; e, 3) a convivência com a diversidade cultural, numa escola/universidade com todos e para todos” (Pletsch; Souza, 2021, p. 1288). O conceito de educação inclusiva pressupõe a organização da escola para atender de forma integral à diversidade das necessidades dos alunos no ensino regular. Para Glat e Blanco:

A educação inclusiva é um novo paradigma educacional, idealizado em uma escola em que é possível o acesso e permanência de todos os alunos, onde os instrumentos de exclusão e discriminação, até então utilizados, são substituídos por métodos de identificação e quebra de barreiras para a aprendizagem. (Glat; Blanco, 2007, p. 23).

Segundo Rodrigues (2000), a Educação Inclusiva não deve ser entendida como uma simples evolução da escola integrativa, mas sim como uma ruptura com os valores da educação tradicional. Essa perspectiva valoriza as culturas, capacidades e possibilidades de todos os alunos, propondo uma escola que funcione como uma comunidade educativa. Nessa abordagem, o ambiente de aprendizagem é pensado de forma diferenciada e de qualidade, reconhecendo e trabalhando com as diferenças para promover desenvolvimento, dignidade e funcionalidade.

A educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o acto educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma práxis que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (Sanches, 2005, p. 132).

A Educação Inclusiva entende a escola como um lugar que pertence a todos, onde cada estudante aprende conforme suas habilidades, pode se expressar com liberdade, participar das atividades e se desenvolver como cidadão, respeitando suas particularidades. Ao valorizar as diferenças, essa abordagem rompe com a ideia tradicional de que todos devem atingir os mesmos padrões. Em vez disso, defende que as diferenças sejam reconhecidas como parte da diversidade humana, e não transformadas em desigualdades entre os alunos. Para Mantoan (2015, p. 33), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”.

Segundo Mantoan (2015), é importante compreender que nem toda diferença implica em inferioridade. A autora defende que deve haver equilíbrio entre igualdade e diferença, de modo que as pessoas tenham o direito de ser diferentes quando a igualdade apaga suas identidades, e o direito de ser iguais quando a diferença é usada para diminuí-las. As práticas inclusivas no contexto escolar são necessárias e precisam ser implementadas tendo “como eixos o convívio com as diferenças, a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para a criança, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula” (Mantoan, 2006, p. 192).

A inclusão não deve se limitar apenas aos indivíduos com necessidades educacionais especiais (NEE), pois uma escola realmente inclusiva deve acolher a diversidade em todas as suas formas. No entanto, esse ideal ainda não foi plenamente

alcançado, não apenas pela percepção de que a escola não está preparada para atender alunos com deficiência, mas também pela resistência em lidar com as diferenças.

Com base no que foi discutido, é essencial destacar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem um papel fundamental na promoção da inclusão escolar. De acordo com o Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que regulamenta a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como objetivos proporcionar acesso, participação e aprendizagem no ensino regular, além de oferecer serviços de apoio conforme as necessidades individuais dos alunos. Além disso, busca garantir a transversalidade da educação especial, desenvolver recursos didáticos e pedagógicos que eliminem barreiras no processo educativo e assegurar condições para a continuidade dos estudos em diferentes níveis e modalidades de ensino (Brasil, 2011).

As primeiras mudanças nas políticas públicas de educação no Brasil voltadas para a inclusão escolar foram apresentadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96. Essa lei define a educação especial como uma modalidade que deve ser, preferencialmente, ofertada no sistema regular de ensino, conforme o que está descrito no artigo 58, que considera a educação especial uma forma de ensino destinada a alunos com necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular [...] (Brasil, 1996, p. 39-40).

Em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, deve-se garantir aos alunos dificuldades de comunicação e sinalização ou acesso a conteúdo curriculares, por meio de linguagens e códigos específicos, como o Braille e a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Além disso, é assegurado o direito de escolha da abordagem pedagógica mais adequada, considerando a participação de profissionais especializados no processo decisório (Brasil, 2001).

No contexto brasileiro, outro ponto essencial ser destacado aqui são desafios da Educação Inclusiva no Brasil, sabemos que a exclusão e a segregação se manifestam de diversas maneiras e em diferentes níveis. Esse processo tem raízes no período colonial, quando foi adotado um sistema escravocrata e centrado na cultura europeia. Essas

práticas se transformaram ao longo do tempo, mas continuam presentes na sociedade atual.

Visto que é de conhecimento geral que as escolas brasileiras, especialmente as públicas, enfrentam diversos desafios para garantir um ensino de qualidade para todos. Muitas críticas surgem devido à baixa qualidade do ensino em várias instituições, o que é resultado de diversos fatores, como a falta de infraestrutura, a formação inadequada de professores e a escassez de recursos. Nesse contexto, refletir sobre a educação inclusiva torna-se essencial, pois alunos com necessidades específicas exigem recursos e estratégias diferenciadas para que possam aprender de forma efetiva.

De acordo com Lima (2014), a educação, embora seja uma das principais expressões da vida em sociedade, não tem conseguido responder de forma eficaz aos desafios impostos pelo sistema capitalista. A escola, que deveria favorecer a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, enfrenta obstáculos como a má interpretação das leis, marcadas por termos vagos e confusos, além da atuação de professores que se limitam à simples transmissão de conteúdos, deixando de considerar e valorizar outras habilidades que os alunos possuem ou podem desenvolver.

Conforme Libâneo (2012), a defesa de uma escola pública, gratuita e obrigatória para todos tem sido uma pauta constante entre os educadores brasileiros, com ênfase em temas como a universalização do acesso e permanência, a qualidade do ensino, o respeito às diferenças sociais e culturais e a formação cidadã crítica. No entanto, nas últimas décadas, têm surgido contradições não resolvidas entre a ampliação do acesso e a qualidade do ensino, entre questões pedagógicas e socioculturais, bem como entre uma concepção de escola voltada ao conhecimento e outra centrada em suas funções sociais.

Portanto, explica que a desigualdade no Brasil é tão profunda que impede a verdadeira democratização da sociedade. A exclusão social vai além do aspecto individual, sendo resultado de uma lógica estrutural que marginaliza parte da população. Que se manifesta na pobreza, discriminação, falta de acesso, representação e equidade segundo autor:

A desigualdade social, econômica e política na sociedade brasileira chegou a tal grau que se torna incompatível com a democratização da sociedade. Por decorrência, tem se falado na existência da apartação social. No Brasil a discriminação é econômica, cultural e política, além de étnica. Este processo deve ser entendido como exclusão, isto é, uma impossibilidade de poder partilhar o que leva à vivência da privação, da recusa, do abandono e da

expulsão inclusive, com violência, de um conjunto significativo da população, por isso, uma exclusão social e não pessoal. Não se trata de um processo individual, embora atinja pessoas, mas de uma lógica que está presente nas várias formas de relações econômicas, sociais, culturais e políticas da sociedade brasileira. Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por exclusão social. Ela inclui pobreza, discriminação, subalternidade, não equidade, não acessibilidade, não representação pública (Sposatti, 1996, p. 13).

Segundo Sawaia (2001), a exclusão social é um fenômeno complexo que envolve aspectos materiais, políticos, subjetivos e relacional. Ela não é algo isolado ou uma falha do sistema, mas sim parte do seu próprio funcionamento. A exclusão só pode ser compreendida em relação à inclusão, pois ambas estão interligadas. Esse processo atinge o ser humano de forma integral, afetando suas relações sociais. Por isso, não deve ser vista como exceção, mas como um problema estrutural que precisa ser enfrentado.

Para que uma sociedade inclusiva se torne realidade, são necessárias transformações profundas. A escola tem um papel fundamental nesse processo, mas não adianta se intitular inclusiva se continuar reproduzindo práticas excludentes do ensino tradicional. É preciso promover mudanças reais, democratizar o ambiente escolar, valorizar as diferenças, reconhecer a diversidade entre os alunos e repensar o currículo, as metodologias de ensino e avaliação, além da forma como se compreende o aluno, o aprendizado e a formação dos professores.

É fundamental valorizar os profissionais da educação e investir em sua formação contínua, para que os professores se sintam preparados e confiantes no exercício de sua função, garantindo um acolhimento adequado a todos os alunos em sala de aula. Além disso, é importante que os docentes reconheçam suas próprias necessidades e busquem soluções para enfrentá-las. “As dificuldades não se encontram apenas nos alunos, mas muitas vezes também nos professores” (Mantoan, 2015, p. 12).

Nesse sentido, reconhecemos que a formação dos profissionais da educação é essencial para lidar com inclusão e diversidade. No entanto, também destacam a necessidade dos professores aprofundar esses conhecimentos por meio de cursos de formação continuada. Além disso, ressaltam a importância de aprimorar as condições das instituições de ensino, de modo a oferecer o apoio necessário às crianças que apresentam necessidades educacionais especiais.

[...] a questão da formação de professores ainda é um grande desafio para a implementação e concretização de práticas pedagógicas capazes de colocar em evidência a diversidade como ponto de partida para uma educação inclusiva (Reis 2013, p. 142).

De acordo com Santos e Reis (2016), é fundamental que a formação dos profissionais da educação, tanto inicial quanto continuada, contemple a diversidade presente nos contextos escolares, visando a promover uma prática pedagógica pautada na alteridade e no respeito às diferenças. Nesse sentido, é importante enfatizar a atuação dos professores. De acordo com o autor Lima (2006, p. 123), “é essencial que os professores reconheçam sua própria importância no processo de inclusão, pois a eles cabe planejar e implementar intervenções pedagógicas que deem sustentação para o desenvolvimento educacional”. Nesse sentido:

O exercício constante e sistemático de compartilhamento de ideias, sentimentos e ações entre professores, diretores e coordenadores da escola é uma das saídas para obter sucesso almejado na formação para inclusão (Mantoan, 2015, p. 15).

Portanto, de acordo com a autora, a mudança necessária surge a partir dos professores, diretores e coordenadores, que devem buscar, juntos, resolver os desafios enfrentados pela escola, dialogando, trocando ideias e sentimentos, e trabalhando em união para que a inclusão aconteça. É necessário que toda a comunidade escolar esteja aberta ao uso de métodos inovadores. Só assim será possível incluir a todos de forma significativa.

3. UMA ANÁLISE SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL DO INTERIOR DO MARANHÃO

Este capítulo busca entender como os professores e o gestor escolar lidam com a Educação Inclusiva, suas percepções e práticas na Escola Municipal da zona rural, localizada no interior do Maranhão. Além disso, investiga como os alunos enxergam essa questão, suas experiências e desafios.

1.1 Caracterização da Escola

Os dados coletados da presente pesquisa foram realizados na Escola Municipal da zona rural, localizada no interior do Maranhão. A escola foi fundada em 11 de maio de 2012, recebeu seu nome em homenagem a uma professora alfabetizadora que deixou um importante legado na zona rural do interior do Maranhão e região, formando muitos alunos que se tornassem excelentes profissionais e conquistou inúmeros amigos. A escola conta com uma estrutura com 04 salas de aula, 01 sala de informática, 02 banheiros, 01 cantina, 01 almoxarifado.

Atualmente na escola funciona nos turnos: matutino, recebendo educação infantil, 4º e 5º ano ensino fundamental; vespertino, recebendo 6º ao 9º ano do ensino fundamental e noturno, oferecendo alfabetização ao 9º ano EJA. No ano de 2024, segundo informações fornecidas pelo diretor dessa instituição de ensino, a escola atende 95 alunos do ensino fundamental e 60 da educação infantil, no total, aproximadamente 155 alunos regularmente matriculados.

Na unidade de ensino, os professores atuam no ensino fundamental (6º ou 9º ano do Ensino Fundamental), a maioria dos professores tem formação na área que está exercendo o magistério, como Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras-Português, Licenciatura em Matemática, e outras áreas. Vale ressaltar que é fundamental que os professores exerçam a sua profissão nas suas áreas de atuação, pois isso permite uma educação de qualidade, promove o desenvolvimento integral dos alunos e valoriza conhecimentos específicos, tornando o ensino mais eficaz e enriquecedor.

1.2 Procedimentos Metodológicos da Pesquisa de Campo

Antes da realização da pesquisa de campo, foi realizada reunião com o orientador para definir a metodologia de coleta de dados. Durante o encontro, foi decidido que a coleta de dados ocorreria por meio de entrevistas com os professores e aplicação de questionários aos alunos. A partir dessa definição, foram elaborados os roteiros tanto para as entrevistas com os docentes quanto para os questionários destinados aos estudantes, além da preparação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ver apêndice A).

A pesquisa de campo teve início no dia 21 de maio de 2024, com um encontro entre a pesquisadora e a direção da escola. Durante esse encontro, a pesquisadora detalhou os objetivos do estudo, explicou todo o método que seria utilizado, apresentou o TCLE e o público-alvo, informando ao diretor que havia preparado um roteiro de entrevista (ver Apêndice B) para ser utilizado com os professores e um questionário (ver Apêndice C) para ser aplicado aos alunos das turmas de 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano.

Após esse momento, o diretor dessa instituição autorizou a realização da pesquisa e reuniu os professores para apresentar a pesquisadora a eles. Novamente, expliquei o objetivo do estudo, informei que seria realizada uma entrevista de forma presencial com eles, se todos estivessem de acordo e, em seguida, marcamos o dia em que a entrevista seria conduzida, para que eu pudesse conversar melhor com eles e explicar os fins da pesquisa.

Quanto ao público-alvo (os alunos e os professores), o diretor me orientou a realizar a entrevista primeiramente com os professores. Após isso, eu poderia aplicar o questionário com os alunos em sala de aula, explicando para eles sobre os objetivos da pesquisa e o modo como a mesma seria realizada.

No dia 23 de maio de 2024, foi realizada a entrevista com os quatro professores e o gestor escolar. Os participantes foram informados de que a entrevista seguiria um formato com 10 questões elaboradas e que suas respostas seriam gravadas pelo celular, caso concordassem, conforme o termo de livre consentimento. Após a autorização, a entrevista teve início.

O gestor escolar foi o único que optou por responder de forma escrita. O objetivo era verificar se a educação inclusiva ocorria na escola, se os professores tinham conhecimento sobre o tema, se possuíam algum tipo de formação na área, se planejavam suas aulas considerando a inclusão, se a escola atendia ou necessitava de educação inclusiva, se havia recursos disponíveis para apoiar alunos com necessidades especiais

ou deficiências, se existiam políticas e diretrizes relacionadas à inclusão e como lidavam com essas questões, entre outros aspectos abordados.

O segundo momento foi realizado no dia 24 de maio de 2024 e teve início com minha apresentação aos alunos, explicando o tema da pesquisa, seu objetivo e a forma como seria conduzida. Foi informado que seria aplicado um questionário com 10 perguntas, de forma impressa. O intuito era compreender o que os alunos entendiam por Educação Inclusiva, se a escola promovia ações nessa área, se os professores trabalhavam conteúdos voltados à inclusão (e de que forma), se já haviam sido vítimas ou testemunhado situações de discriminação racial, de gênero ou por alguma deficiência, se conheciam colegas que necessitavam de atendimento especial, entre outros aspectos abordados.

No que se refere à entrevista/questionário, o mesmo foi elaborado conforme à realidade da pesquisa. O questionário dos alunos continha perguntas objetivas e semi-objetivas, enquanto a entrevista com os professores e o gestor escolar foi feita somente com perguntas subjetivas, dando liberdade de resposta aos participantes. Portanto, a conversa com professores e alunos foi essencial para entendermos como a questão da Educação Inclusiva está sendo abordada na Escola Municipal da zona rural do Maranhão e para avaliarmos quais são as limitações e oportunidades presentes para a implementação de uma educação inclusiva.

Para concluir esta seção sobre os procedimentos metodológicos, é relevante destacar que, durante a realização da pesquisa, não houve quaisquer dificuldades com os professores, o gestor escolar ou os alunos, tanto em relação à disponibilidade quanto à aceitação da pesquisa. Pelo contrário, todos foram bastante receptivos e prestativos, participando ativamente da pesquisa.

A experiência foi particularmente positiva, especialmente porque alguns dos professores entrevistados haviam sido meus professores e contribuíram para minha formação acadêmica. Além disso, o gestor escolar demonstrou grande atenção e enfatizou sua satisfação ao ver uma ex-aluna concluindo sua graduação e escolhendo a escola como campo de pesquisa, colocando-se à disposição para auxiliar no que fosse necessário.

1.3 Resultados e Discussões

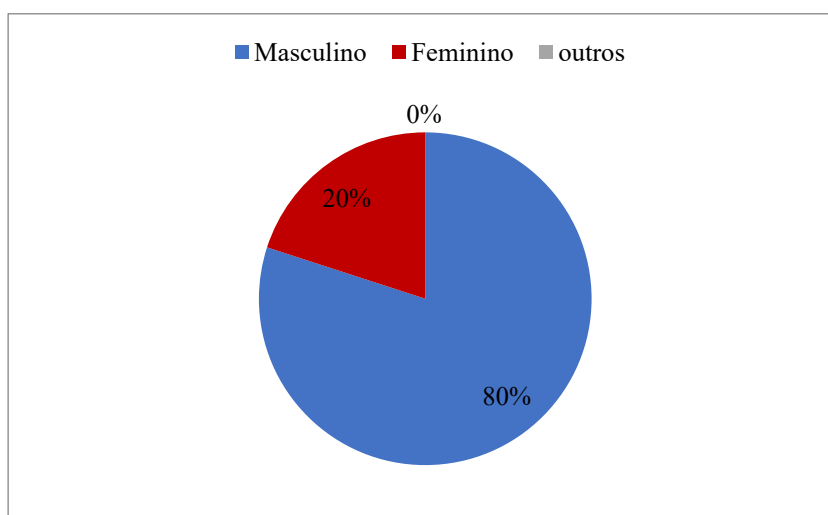
A seguir, apresentaremos os gráficos que traçam um breve perfil dos professores, gestor escolar e alunos que participaram da pesquisa, incluindo informações sobre gênero, pertencimento étnico-racial por autodeclaração, faixa etária, série ou ano em que estudam (para os alunos), tempo de experiência como docente, área de formação (para os professores e gestor escolar) e se residem na cidade.

Nossa pesquisa contou com uma amostra de 5 professores/gestor escolar e 37 estudantes.

Gráfico 1: Professores/gestor escolar

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.1 – Gênero/Sexo

5 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

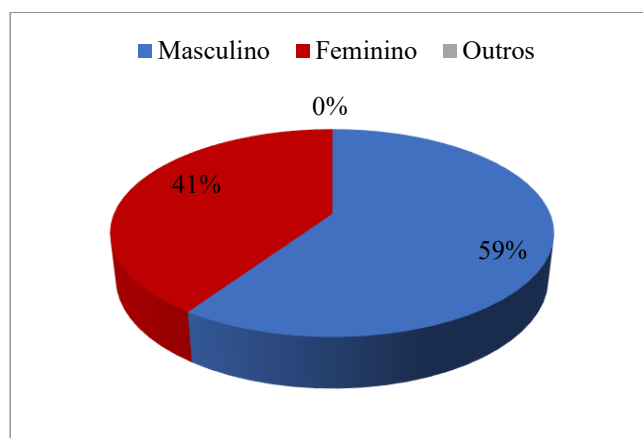
O primeiro gráfico mostrou que, entre os 5 professores e o gestor escolar que participaram da entrevista, 4 eram homens (80%) e 1 era mulher (20%), ou seja, a maioria pertence ao gênero masculino. O gestor é do sexo masculino e, entre os quatro professores, três são homens e uma é mulher. Isso nos chamou a atenção, pois, sendo uma etapa do ensino fundamental II (do 6º ao 9º ano), a maioria dos docentes é composta por homens, havendo apenas uma mulher. Por que isso ocorre?

A seguir, serão apresentados os dados pessoais referentes ao segundo grupo de participantes da pesquisa, composto pelos alunos.

Gráfico 2: Alunos

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.1-Gênero/Sexo

37 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

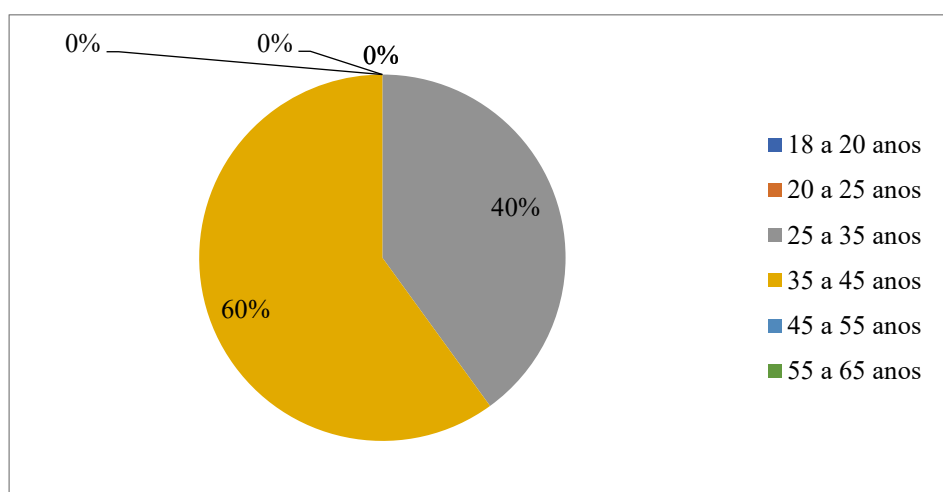
Por outro lado, ao analisar o gráfico com os dados dos alunos, observa-se que 22 (59%) dos participantes eram do gênero masculino, enquanto 15 (41%) eram do gênero feminino.

Em relação à faixa etária dos docentes, temos:

Gráfico 3: Professores/gestor escolar

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.2-Idade

5 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

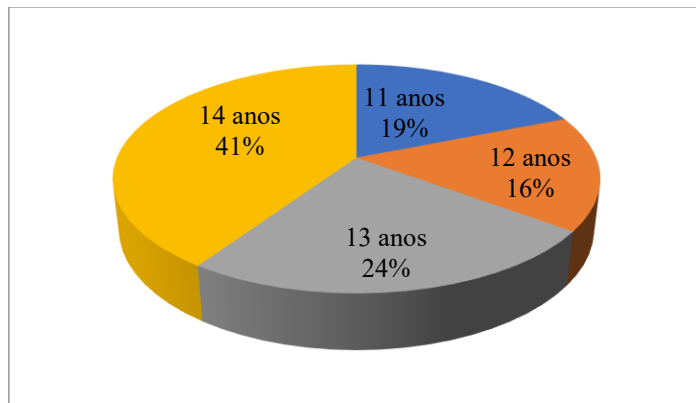
No gráfico que representa a faixa etária, observamos que 3 dos professores/gestor escolar (60%) responderam que possuem entre 35 a 45 anos, enquanto 2 deles (40%) está na faixa etária de 25 a 35 anos. Ou seja, não há professores nas faixas etárias de 18 a 20 anos, de 20 a 25 anos e nem acima dos 45 anos. Esse é outro dado que nos chamou atenção: não há professores nem muito jovens, nem com idade mais avançada.

Já em relação à faixa etária dos alunos, temos:

Gráfico 4: Alunos

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.2- Idade

37 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

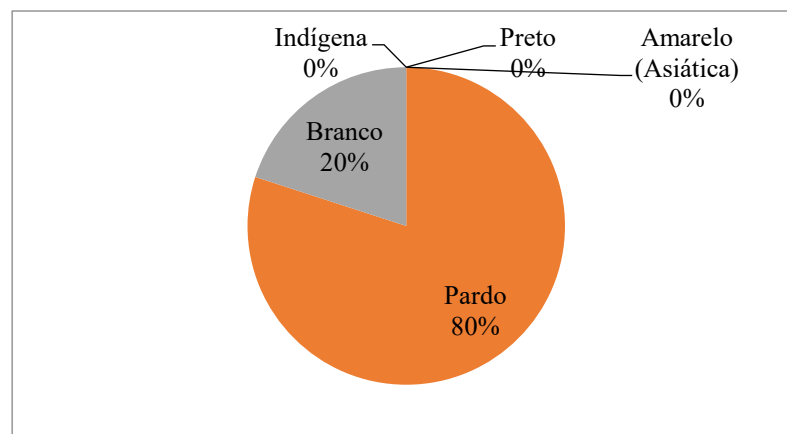
No gráfico sobre a faixa etária dos alunos, verificou-se a participação de 37 estudantes na pesquisa. Destes, 15 alunos têm 14 anos (41%). Além disso, 9 alunos estão na faixa dos 13 anos (24%), 6 alunos possuem 12 anos (16%) e 7 alunos têm 11 anos (19%). Percebe-se que a idade dos alunos, por série, no Ensino Fundamental da Escola condiz com o esperado pelo MEC, ou seja, não há distorção ou variação etária entre os alunos matriculados.

Em relação à raça/etnia, as respostas dos professores/gestor escolar foram as seguintes:

Gráfico 5: Professores/gestor escolar

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.3-Raça/Etnia

5 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

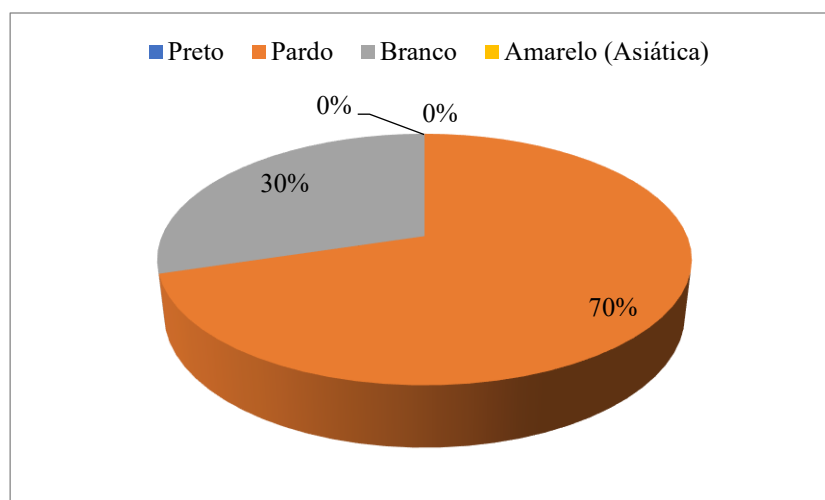
Conforme mostram os dados acima, 4 dos professores/gestor escolar (80%) se declararam como “pardos”, enquanto 1 deles (20%) se identificou como “branco”. Observa-se que, na região analisada, a maioria das pessoas é registrada como parda em suas certidões de nascimento. Esse registro, no entanto, levanta questões importantes sobre o acesso a direitos, especialmente no que se refere às políticas de ações afirmativas. Atualmente, pessoas autodeclaradas pardas podem concorrer às cotas destinadas à população negra. No entanto, muitas vezes essas pessoas não apresentam fenótipo negro e, por isso, enfrentam dificuldades ao se reconhecerem ou serem reconhecidas como negras, apesar do registro oficial indicar a cor parda.

Quanto aos alunos, o gráfico a seguir revela que:

Gráfico 6: Alunos

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.3-Raça/Etnia

37 respostas



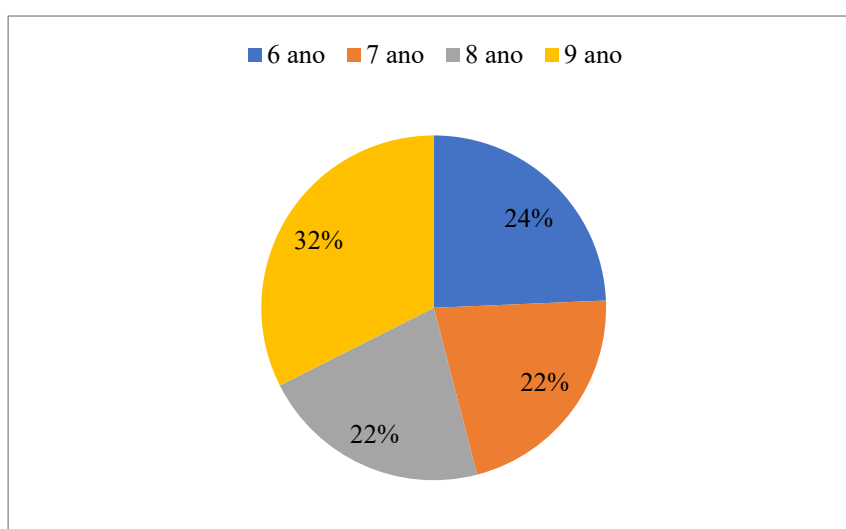
Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Entre os 37 alunos que participaram da pesquisa, 26 (70,0%) se identificaram como “pardos”, enquanto 11 (30,0%) se consideraram “brancos”. Assim, pode-se observar que, de forma geral, a categoria étnico-racial mais mencionada tanto pelos professores quanto pelos alunos foi a de “pardo”.

Em relação aos dados sobre a série/ano, os alunos responderam da seguinte maneira:

Gráfico 7: Alunos por série

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.4- Qual a série/ano que estuda
37 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Dos alunos mencionados, 12 (32%) declararam estar no 9º ano, 8 (22%) no 8º ano, 8 (22%) no 7º ano e 9 (24%) no 6º ano. Conforme exposto anteriormente, decidiu-se aplicar o questionário a todos os estudantes das turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Essa decisão teve como objetivo ampliar e aprofundar seus conhecimentos sobre o tema, uma vez que essas turmas já estavam abordando conteúdos ou ações relacionados à educação inclusiva.

No que diz respeito ao tempo de experiência como docente, as respostas dos participantes foram as seguintes:

Tabela 1: Professores/gestor escolar - experiência

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.4- Tempos de experiência docente

5 respostas

Docente A	5 a 10 anos
Docente B	20 a 30 anos
Docente C	10 a 20 anos
Docente D	5 a 10 anos
Gestor Escolar E	10 a 20 anos

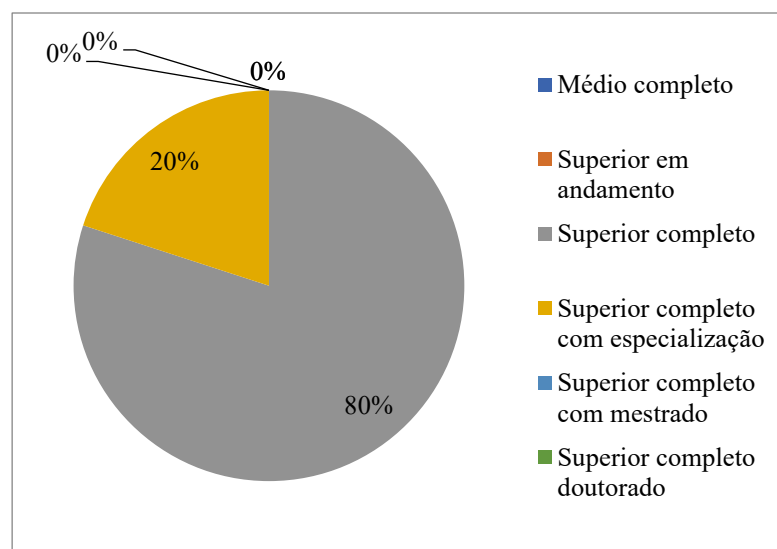
Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

O gráfico a seguir apresenta os dados sobre a formação escolar dos professores.

Gráfico 8: Professores/gestor escolar – formação

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.5- Formação/Curso superior:

5 respostas



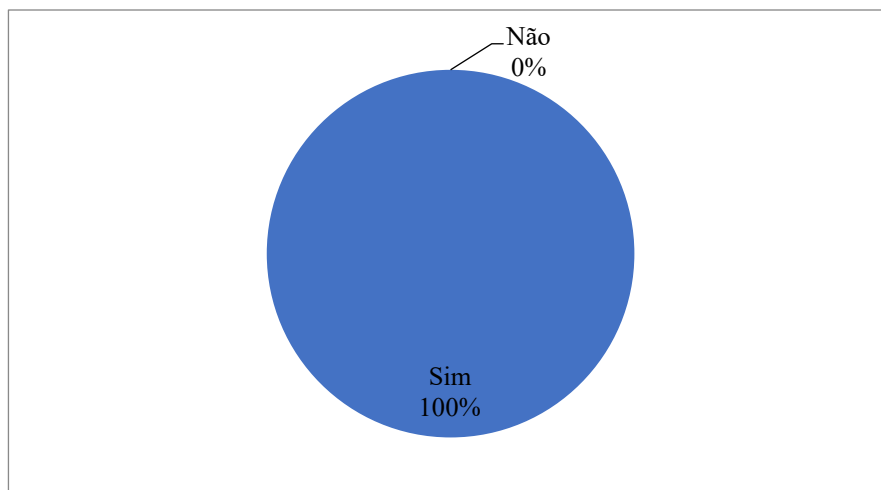
Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Observou-se que 5 dos professores/gestor escolar, 4 (80%) possuem ensino superior completo, com formação em Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras - Português, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia. Apenas 1 (20%) possui graduação com especialização. Com isso, podemos destacar que o fato de o professor ser graduado ou pós-graduado pode influenciar positivamente nas práticas inclusivas, pois indica maior acesso à formação teórica e metodológica sobre diversidade. Porém, ter um diploma não assegura, por si só, que o profissional atuará de forma verdadeiramente inclusiva. É fundamental manter um compromisso com a ética e buscar constantemente se atualizar para promover uma educação mais inclusiva.

A seguir, são apresentadas as respostas sobre a formação na área de atuação.

Gráfico 9: Professores/gestor escolar – área de atuação

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.6 Formador (a) na área que exerce:
5 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

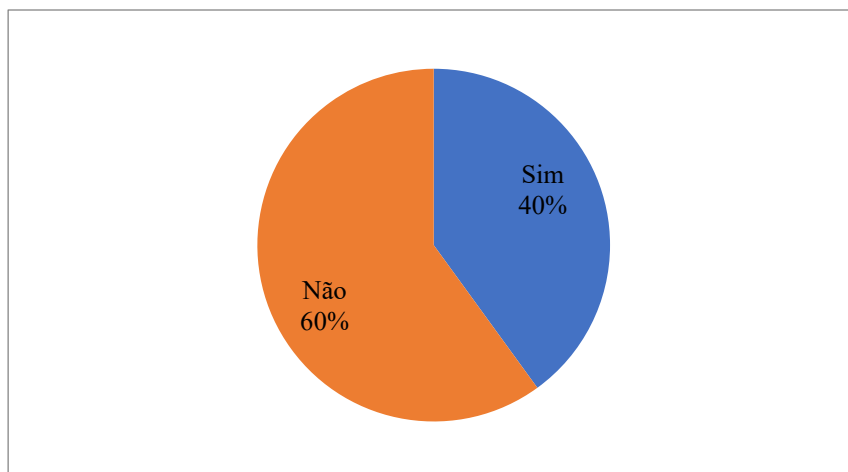
Percebeu-se que, dos 5 professores/gestor escolar, 100% responderam “sim” e atuam em sua área. Isso indica total correspondência. É importante ressaltar que quando os professores trabalham na área em que se formaram, eles ensinam com mais preparo e segurança. Isso ajuda a incluir melhor todos os alunos, respeitando as diferenças e ajudando cada um de acordo com o que precisa.

Os próximos gráficos nos mostram os dados referentes ao local de residência dos professores:

Gráfico 10: Professores/gestor escolar - residência

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.7- Reside na cidade?

5 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

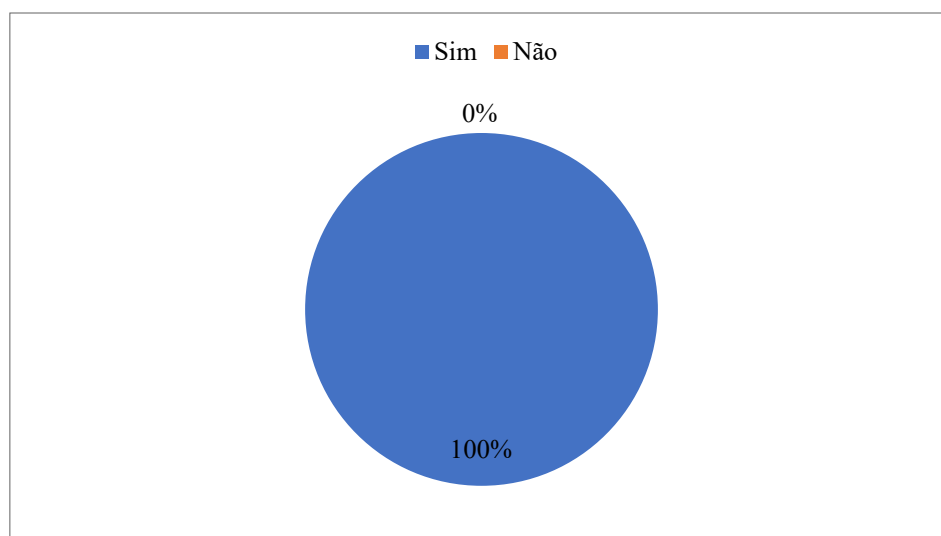
Entre os professores/gestor escolar que responderam ao formulário, 3 (60%) informaram que não moram na cidade, enquanto 2 (40%) afirmou que reside na cidade. Como mostram os dados, a maioria dos professores não mora na cidade. Essa condição levanta a reflexão sobre o sentimento de pertença e o grau de integração desses profissionais à comunidade local. A distância pode dificultar o envolvimento com a comunidade escolar e enfraquecer a proximidade necessária para compreender as necessidades específicas dos alunos. Estar inserido no contexto local é fundamental para fortalecer a integração, promover o pertencimento e contribuir para uma educação mais significativa e inclusiva.

A seguir, exibimos o gráfico com as informações dos alunos:

Gráfico 11: Alunos – residência

1. Dados pessoais dos participantes da pesquisa 1.7- Reside na cidade?

37 respostas



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Todos os 37 alunos (100%) informaram que residem nas áreas rurais, enquanto nenhum deles (0%) reside na cidade (Sede). Como mencionei anteriormente, a escola está situada na zona rural do interior do Maranhão.

1.4 Limites e possibilidades: a opinião de professores, gestor escolar e alunos sobre a Educação Inclusiva

Após apresentarmos os perfis dos professores, gestor escolar e alunos que participaram da pesquisa, passaremos agora à análise dos dados das questões dissertativas. Perguntamos de forma subjetiva aos professores/gestor escolar: **“1. Qual é sua concepção sobre o que é educação inclusiva?”**, e recebemos as 5 respostas.

Tabela 2: Respostas dos professores/gestor escolar à primeira questão

Docente A	Minha concepção sobre educação inclusiva é que é algo de extrema importância, visto que a gente tem que garantir a educação para todos. Então, para ter essa garantia de educação para todos, alguns alunos precisam ser atendidos com uma demanda mais especial. É necessário ter uma sala preparada e um profissional preparado para receber esses alunos. Isso faz parte da inclusão dentro do âmbito escolar.
	A educação inclusiva está diretamente associada à questão da educação

Docente B	especial, onde nós, educadores, temos que adaptar as práticas àqueles alunos que têm alguma limitação, seja autismo, seja deficiência física, enfim, algo que, de certa forma, limita esse aluno, a princípio, dentro do processo de aprendizagem. Então, nós, educadores, temos o dever e a missão de transformar essa situação, promovendo estratégias e metodologias de aprendizagem para poder tornar o ambiente favorável e para que esse aluno tenha equidade dentro do processo de ensino-aprendizagem, ou seja, dando a esse aluno oportunidades e condições igualitárias de aprendizagem.
Docente C	É importante, uma vez que a escola, naquela fase em que o aluno está criando autoconfiança e autoestima, pode ser um divisor de águas. Se ele passa por experiências traumáticas na escola, pode ser que a vida adulta dele seja comprometida. Então, a escola tem um papel fundamental na educação inclusiva.
Docente D	Minha concepção é que a educação, por direito, ela é inclusiva. Então, ela se torna mais inclusiva quando você inclui aqueles que estão, digamos assim, aleijados da educação, muitas vezes por situações socioeconômicas, por algum tipo de limitação que pode ser física ou qualquer outro tipo. Quando você traz a possibilidade dessa pessoa estudar, ter a mesma formação que os outros, então isso é inclusão. E tem a inclusão de vários sentidos: inclusão social, inclusão racial, que a gente tem que falar também, e a inclusão de pessoas que têm algum tipo de deficiência.
Gestor escolar E	Educação inclusiva: na minha concepção é garantir os direitos humanos ao todo, como: igualdade, fraternidade e tendo suas diferenças respeitadas e valores... Direitos garantidos e não violados, os quais se resultam em equidade! No processo de ensino/aprendizado, ter um olhar humano a todos os tipos de raças, seus direitos respeitos.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Diante das respostas obtidas na entrevista, é possível constatar que todos os professores reconhecem a importância da educação inclusiva como um direito de todos os estudantes. Além disso, destaca que alguns alunos necessitam de atenção especial, o que reforça a necessidade de que os educadores adaptem suas práticas pedagógicas para

atender às especificidades desses alunos, garantindo sua plena participação no processo de aprendizagem.

De acordo com a fala dos docentes, podemos destacar que a LDBEN nº 9.394/1996 reforça a ideia de educação inclusiva ao dedicar, no Capítulo V, o artigo 59 à Educação Especial, estabelecendo que essa modalidade de ensino seja oferecida, prioritariamente, na rede regular de educação, atendendo alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Essa mesma lei também estabelece que os sistemas de ensino devem proporcionar a esses alunos currículos, metodologias, estratégias, materiais didáticos e uma estrutura adequada para atender às suas necessidades específicas.

Destaca-se a fala do docente D, que enfatiza que a educação, por princípio, deve ser inclusiva e se expande ao acolher aqueles marginalizados por questões socioeconômicas ou limitações físicas. A inclusão, segundo o docente, garante igualdade de acesso à formação para todos os alunos, abrangendo não apenas crianças com deficiência, mas também questões sociais e raciais. Sua visão é abrangente, reconhecendo que a educação inclusiva envolve enfrentar todas as barreiras que podem impedir o desenvolvimento pleno dos estudantes no ambiente escolar.

Em relação aos estudantes, foi formulada a seguinte questão: **“1. Você já ouviu falar sobre educação inclusiva?”**. Dos 37 participantes que responderam ao questionário, observou-se uma ampla concordância nas respostas.

Gráfico 12: Respostas dos alunos à primeira pergunta



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Verifica-se que, dos 37 alunos, apenas 4 (11%) afirmaram ter algum conhecimento sobre educação inclusiva, enquanto 33 (89%) evidenciaram uma compreensão limitada ou inexistente do tema. Isso indica a falta de discussões claras e bem trabalhadas em sala de aula para conscientizar os estudantes sobre a importância da inclusão.

Sem esses debates, a compreensão sobre o tema fica limitada, dificultando a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos. Pois, em conformidade Mantoan (2003), uma escola de qualidade se destaca por promover um ensino que atende aos padrões de uma sociedade mais evoluída e humanitária. Para isso, deve incentivar a interação entre os alunos, utilizar as disciplinas como ferramentas para a compreensão do mundo e das relações humanas e estabelecer parcerias com as famílias e a comunidade na construção e execução do projeto escolar.

Nesse contexto, emergem discussões essenciais que requerem, inicialmente, a compreensão do conceito de “Educação Inclusiva” perante aos alunos. Conforme as pesquisas de Stainback e Stainback (1999, p. 21), “[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos nos são satisfeitas”. Portanto, enfatiza-se a importância de que o conceito de Educação Inclusiva seja compreendido pelos alunos e trabalhado no ambiente escolar, para que eles reconheçam a relevância da prática da inclusão de todos no espaço educativo.

Na questão seguinte, indagamos aos docentes: **“2. Na escola que você trabalha como se dá educação inclusiva?”**. As respostas obtidas foram as seguintes:

Tabela 3: Respostas dos professores/gestor escolar à segunda questão

Docente A	Na escola em que trabalho, a gente ainda não tem, por mais que haja alunos que apresentem, digamos, indícios de que precisa de um atendimento especial, a gente não tem um laudo que comprove se realmente há uma necessidade especial. Então, praticamente, não
-----------	--

	praticamos a inclusão por falta de demanda.
Docente B	A educação inclusiva na escola em que eu trabalho, digamos assim, pelo fato de nós não termos alunos dentro desse perfil, alunos que têm laudos. Até porque eu, como profissional da educação, não me sinto capaz e nem tenho competência, digamos, técnica para avaliar um aluno que seria especial ou não. Consequentemente, a partir disso, criar estratégias para poder fazer essa inclusão.
Docente C	Através da conscientização, campanhas, palestras e ações, quando detecta algum tipo de bullying, pois, às vezes, bullying é realidade quando o aluno tem certa necessidade especial. A escola é bem ativa, não permitindo esse tipo de coisa. Sempre que aparece algo que faz a pessoa se deprimir por ter alguma necessidade especial, a escola se mobiliza e faz ações para conscientização dos colegas.
Docente D	Olha, a gente tem algumas limitações, mas acho que tem sido trabalhado bastante. Tem sido feitas palestras, quando se nota alguma dificuldade com algum aluno, têm sido chamados profissionais para atender. Então, a escola em si tem limitações por conta do sistema, não que a escola tenha algum tipo de preconceito, pelo contrário, é uma escola muito aberta. Mas nossas limitações se dão muitas vezes pela falta de estrutura, a estrutura tanto física como estrutura humana também, que nem sempre dispõe de profissionais para acompanhar aqueles que precisam de todas as suas necessidades.
Gestor escolar E	Na escola que trabalho, a educação inclusive se dá: no ato de fazer com que o aluno que antes não tinha acesso à educação seja contemplado com todos seus direitos respeitos e garantido, mesmo diante das suas especificidades.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

As cinco respostas dos docentes revelam diferentes perspectivas e desafios relacionados à educação inclusiva na escola. Foi abordada pelos docentes A e B no contexto da educação inclusiva, adentrou especificamente que se refere a alunos com laudos médicos. Ambos enfatizaram que a escola em que trabalham não implementa práticas inclusivas de forma eficaz, devido à ausência de aluno com laudo médico.

Diante das respostas, podemos identificar um grande desafio dos docentes em conceituar a educação inclusiva, que não trata apenas dos alunos com deficiências. Segundo o autor Ainscow (2009), a educação inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo que busca ampliar a participação dos estudantes e reduzir sua exclusão dos currículos, das culturas e das comunidades escolares.

Para isso, é necessário reestruturar as políticas, culturas e práticas das escolas, de modo que elas respondam à diversidade dos estudantes em suas realidades locais. Essa concepção abrange a presença, a participação e o sucesso de todos os alunos vulneráveis a processos de exclusão, não se limitando apenas àqueles com deficiência ou classificados como portadores de necessidades educacionais especiais.

Os docentes C e D justificaram que, na escola em que atua, a educação inclusiva é promovida por meio de campanhas de conscientização, palestras e ações voltadas à inclusão. Eles destacaram que, diante de situações de bullying, a escola se posiciona de maneira ativa, não tolerando esse tipo de comportamento.

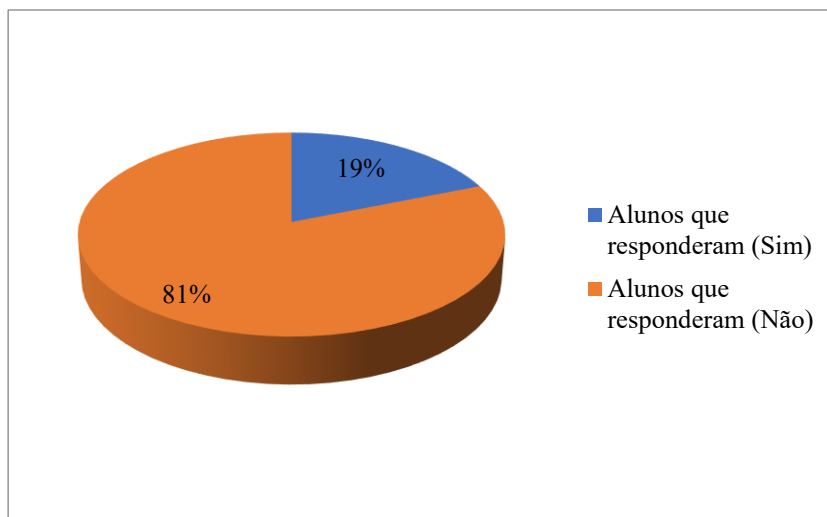
Além disso, quando são identificadas dificuldades específicas de algum aluno, profissionais especializados são convocados para prestar o devido atendimento. Entretanto, os docentes ressaltaram que as limitações enfrentadas pela escola decorrem, em grande parte, da falta de infraestrutura, tanto física quanto de recursos humanos.

O Gestor escola E adota uma visão idealista, enfatizando a garantia de direitos e respeito às especificidades. No entanto, a resposta carece de detalhes sobre como essas práticas inclusivas são implementadas e sustentadas no dia a dia escolar.

Além disso, destaca importância dos professores possuírem um conhecimento mais amplo e uma visão mais abrangente sobre o tema de inclusão, que envolver diversas questões pertinentes à educação inclusiva. Diante disso, Rodrigues, Lima e Viena (2017), a formação inicial do professor não é suficiente para que ele adquira todos os conhecimentos necessários para lidar com as diversas realidades da sala de aula, que estão em constante transformação. Por esse motivo, a formação continuada é essencial para o aprimoramento das práticas docentes e a ampliação do conhecimento.

Ao questionarmos os estudantes sobre: **“2. A escola que você estuda realiza ações de educação inclusiva? Sim, quais?”**, as respostas mais relevantes foram as seguintes:

Gráfico 13: Respostas dos alunos à segunda questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Diante desse panorama, observa-se uma contradição nas respostas, pois a maioria dos alunos, 30 (81%), afirmou que a escola não promove nenhum tipo de ação voltada à educação inclusiva, enquanto apenas 7 (19%) responderam afirmativamente. Esses sete justificaram que a escola realiza apresentações de trabalhos relacionados à inclusão e desenvolve atividades que envolvem todos os estudantes, incluindo temáticas sobre racismo. Um dos alunos também respondeu “sim”, mencionando apenas a palavra “educação”, sem fornecer maiores especificações. O fato de a maioria dos alunos afirmar que a escola não realiza ações voltadas à educação inclusiva indica um desconhecimento da temática por parte deles, enquanto 7 alunos afirmaram que essas ações existem, o que revela que, embora ocorram, não estão chegando de forma igual a todos os estudantes.

Segundo Mantoan (2003), a exclusão escolar vai além da falta de acesso à escola, pois também acontece quando apenas um tipo de conhecimento é valorizado. Mesmo permitindo a entrada de mais alunos, a escola ainda mantém um ensino fechado, que ignora diferentes formas de saber. Assim, em vez de realmente democratizar a educação, ela apenas expande o número de estudantes sem mudar sua essência. Ao não reconhecer outros modos de aprender e compreender o mundo, a escola continua reforçando desigualdades, quando poderia ser um espaço de trocas e crescimento para todos.

De modo geral, é imprescindível que as instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas, busquem implementar ações voltadas à educação inclusiva. A escola,

enquanto instituição socializadora, desempenha um papel crucial, sendo o espaço onde crianças e adolescentes passam grande parte do seu tempo. É nesse ambiente, por meio de processos pedagógicos, que os estudantes são expostos à aprendizagem de valores, conhecimentos, conceitos e ideologias, contribuindo para sua formação integral.

Quando questionados sobre “**3. Você poderia citar alguns exemplos de educação que ocorre na sua escola?**”, os professores responderam da seguinte forma:

Tabela 4: Respostas dos professores/gestor escolar à terceira questão

Docente A	Bom, como não temos nenhum aluno com esse atendimento especial, então a gente não oferece nenhuma.
Docente B	Então, como já falei anteriormente, como nós não temos nenhum aluno nesse perfil, nós não trabalhamos, não temos metodologia e práticas voltadas para esse público.
Docente C	Tem um caso de um aluno que está com um certo pavor de vir para a escola, mas, assim, ele está recebendo mobilização, atendimento e amparo para progredir e, aos poucos, tentar se socializar. É um exemplo do que a escola está fazendo.
Docente D	Olha, hoje já tem tido muitas palestras. Então, sempre existem muitas palestras. Por exemplo, já houve palestras voltadas para a questão do bullying, sobre a questão do preconceito racial e também quando percebemos algum aluno que pode ter algum problema, também buscamos profissionais para atender. A gestão tem buscado profissionais para atender esses alunos que estão com mais dificuldade, que muitas vezes o professor sozinho não tem dado conta. Assim, diria que é inclusiva também quando ela chama a família. Tem buscado sempre a família para conversar, para dialogar sobre as necessidades dos alunos. Enfim, tem tido muitas ações. Acho que nunca é completa, plena, mas já tem muitos incentivos nesse sentido.
Gestor escolar E	Exemplo de educação inclusiva que ocorre dentro da escola continuamente! Sempre que um aluno não pode comprar um caderno, bolsa escolar, ou algum outro material de extrema necessidade a escola encaminha a demanda para a Secretaria Municipal, onde será fornecido o material aluno.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Diante do exposto, nota-se que os docentes A e B voltaram a direcionar suas considerações para alunos com deficiência ou necessidades especiais. Segundo eles, como a escola não possui alunos nesse “perfil”, não há a implementação de metodologias ou práticas voltadas para esse público. É de suma importância que os professores diferenciarem os conceitos de “Educação Especial” e “Educação Inclusiva”, compreendendo que a inclusão vai além do atendimento a alunos com deficiência, abrangendo uma diversidade de necessidades educacionais.

Conforme se pôde observar a partir das respostas obtidas, há a necessidade de reconstruir uma visão mais ampla por parte dos docentes, adotando caminhos pedagógicos que enfatizem a desconstrução do olhar hegemônico sobre a educação inclusiva. Nesse sentido, “há uma tendência crescente de se ver a exclusão na educação de forma mais ampla, em termos de superação da discriminação e da desvantagem em relação a quaisquer grupos vulneráveis a pressões excludentes [...]” (Ainscow, 2009, p. 16).

O docente C relatou o caso de um aluno que enfrenta um certo receio de frequentar a escola. No entanto, destacou que o estudante está recebendo mobilização, atendimento e suporte adequados, com o objetivo de promover seu progresso gradual e incentivar sua socialização. O docente utilizou esse exemplo para ilustrar as ações que a escola tem realizado, embora não tenha especificado com clareza a natureza do atendimento e do suporte oferecidos pela instituição. Portanto, a educação inclusiva deve atender tanto ao coletivo quanto às necessidades individuais dos alunos, conforme o autor:

A educação inclusiva deve ser constituída de um processo educacional simultâneo “para todos e para cada um”. Superando o modelo de escola da modernidade – que parte de um único ponto, desenvolve um só processo didático e chega a um padrão homogêneo de resultados – a educação inclusiva busca partir de múltiplos contextos (culturais, subjetivos, sociais, ambientais) e promover com as pessoas e os grupos, simultânea e articuladamente, diferentes percursos, de modo a produzir múltiplos e complexos impactos socioeducacionais (Rodrigues apud Fleuri, 2009, p.76).

Os últimos docentes abordaram diferentes aspectos relacionados às ações da escola. O penúltimo docente D relatou que a instituição já promoveu diversas palestras, incluindo temas como bullying e preconceito racial. Além disso, mencionou que, ao

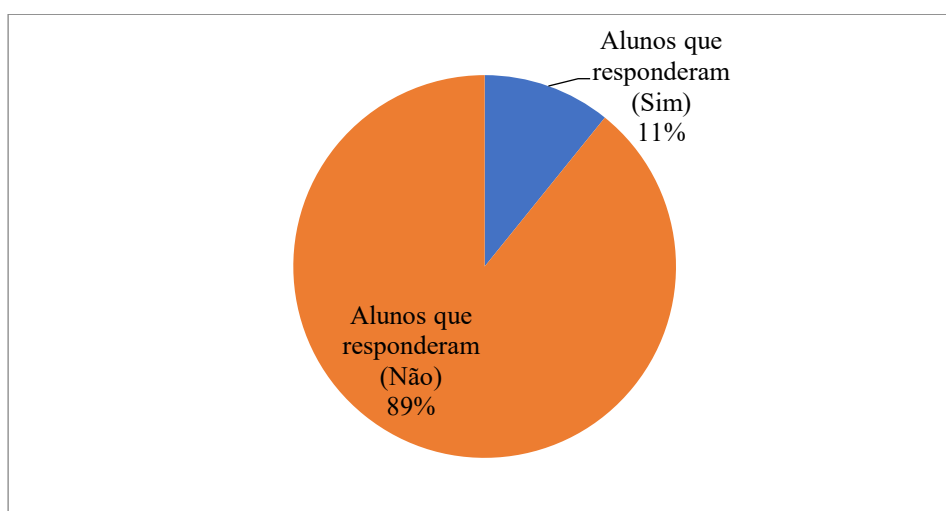
identificar problemas com algum aluno, a escola tem buscado a assistência de profissionais especializados.

Ressaltou, ainda, que os professores, muitas vezes, não conseguem lidar sozinhos com tais situações. Sobre as ações citadas pelo docente, podemos ressaltar a importância tanto das palestras de conscientização quanto da presença de profissionais capacitados para atender esses alunos.

Por fim, o último docente E apresentou um exemplo prático: quando um aluno não possui condições financeiras para adquirir materiais escolares, como cadernos ou mochilas, essa demanda é encaminhada à Secretaria Municipal, que se responsabiliza por fornecer os itens necessários ao aluno.

Em uma questão adicional, perguntamos aos alunos: **“3. Você conhece algum colega que necessita de atenção especial voltada à educação inclusiva? Se sim, quais são as necessidades?”**, A partir disso, obtivemos as seguintes respostas.

Gráfico 14: Respostas dos alunos à terceira questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

A análise das respostas dos alunos revela uma percepção limitada por parte da maioria dos alunos sobre a presença de colegas que necessitam de atenção especial no contexto da educação inclusiva. Dos 37 alunos que participaram 33 (89%) responderam “não”, indicando desconhecimento ou falta de reconhecimento sobre as necessidades específicas de alguns colegas. Por outro lado, os 4 (11%) alunos que responderam “sim” ofereceram compreensões mais específicas: destacaram dificuldades no aprendizado,

mencionaram um colega autista, e outros dois responderam de forma vaga, como “Sim, educação” e “Sim”, sem justificativa.

Como podemos observar, enquanto os alunos mencionaram a presença de um colega autista, os professores afirmaram não haver casos de alunos com necessidades educativas especiais. Esse dado evidencia a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas que respeitem os ritmos e estilos individuais de aprendizagem. A Lei nº 12.764/2012 assegura que as pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) têm direito à educação e ao ensino profissionalizante, além de garantir, no § 2º do artigo 2º, que não podem ser impedidas de frequentar a escola regular, promovendo o acesso à educação inclusiva para todos (Brasil, 2012).

Outra resposta que identificou um colega com dificuldade de aprendizagem destaca a importância de uma prática pedagógica adequada para atender às necessidades desse aluno, garantindo que ele não seja colocado em uma posição inferior em relação aos outros alunos no ambiente escolar.

De acordo com as autoras Saravali e Guimarães (2007, p. 120), “uma das poucas certezas que podemos ter em relação a essas definições é que as crianças com dificuldades de aprendizagem não apresentam baixa inteligência, mas sim problemas específicos para aprender”. Essa citação explica que algumas crianças enfrentam dificuldades específicas para aprender determinados conteúdos, como leitura ou escrita. Ou seja, o problema não está na inteligência delas, mas na forma como lidam com o processo de aprendizagem. Isso nos lembra que cada criança possui seu próprio ritmo e modo de aprender.

Em geral, é essencial que a escola desenvolva melhores práticas pedagógicas para atender às necessidades dos alunos e identificar, quando necessário, aqueles que possam ser autistas. Isso não apenas beneficia os estudantes que precisam de atenção especial, mas também contribui para a criação de um ambiente escolar mais empático, colaborativo e enriquecedor para todos.

Ao indagarmos os professores sobre a seguinte questão: **“4. Na escola existe algum proposta, projeto, planos, ações, programa ou aperfeiçoamento voltados para educação inclusiva?”**, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 5: Respostas dos professores/gestor escolar à quarta questão

Docente A	Não.
-----------	------

Docente B	A educação inclusiva na escola em que eu trabalho não tem, assim, diretamente uma prática, digamos assim, algo que venha focar na educação inclusiva, até porque nós não temos alunos nesse perfil. Mas nós, como educadores, sabemos a importância de traçar estratégias, promover condições e acessibilidade para esses alunos durante o processo de ensino-aprendizagem. Então, mesmo que nós não tenhamos alunos nesse perfil, temos que estar preparados para lidar com essa situação e, como falei anteriormente, promover igualdade de condições para que esses alunos possam aprender de modo geral.
Docente C	Mais na questão de palestras e conscientização.
Docente D	Olha, dentro do projeto pedagógico da escola, trata-se sim da questão da educação inclusiva. Embora não exista um projeto específico, ele é tratado dentro do plano pedagógico da escola. Agora, as ações são mais específicas quando há realmente uma necessidade real, que a escola ainda não tem. Agora estão aparecendo algumas situações, mas, pelo fato de não haver, por exemplo, alunos com alguma condição que precise de um acompanhamento especializado, a escola acaba focando em outras situações. Mas, sim, é prerrogativa do projeto da escola a educação inclusiva, embora, na prática, ainda precise melhorar bastante.
Gestor escolar E	Na escola existe vários projetos voltados para a Educação Inclusiva: Proposta Pedagógico, Regime Interno entre outros. Que propõe igualdade nas possibilidades de escolarização. Com objetivo é que todos os estudantes tenham direito à educação em um só ambiente.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Com base nas respostas fornecidas pelos docentes, percebe-se uma diversidade de percepções e práticas em relação ao tema. O Docente A responde de forma direta e negativa, indicando a ausência de atuação relacionada à educação inclusiva. Já o Docente B demonstra uma compreensão teórica da importância da educação inclusiva, destacando a necessidade de promover acessibilidade e igualdade de condições, mesmo que não haja alunos com esse perfil na escola. A fala reflete uma postura mais

preventiva e de preparo, reconhecendo a relevância de estratégias inclusivas, ainda que a prática não seja efetivamente implementada na escola.

Segundo Mora (2006, p. 314), a educação inclusiva exige mudanças significativas na estrutura, no funcionamento e na proposta pedagógica das escolas, de modo a atender às necessidades educacionais de todos os alunos, garantindo sua participação em igualdade de condições. Nesse contexto, a escola inclusiva proporciona um ensino adaptado às necessidades de todos os estudantes, e não apenas daqueles com necessidades educacionais especiais.

Diante das falas dos docentes, revela-se uma clara lacuna entre a conscientização teórica sobre a Educação Inclusiva e sua implementação prática. O Docente C menciona ações limitadas, como palestras e conscientização, indicando uma preocupação com o tema, mas com foco apenas no aspecto teórico e não em práticas concretas.

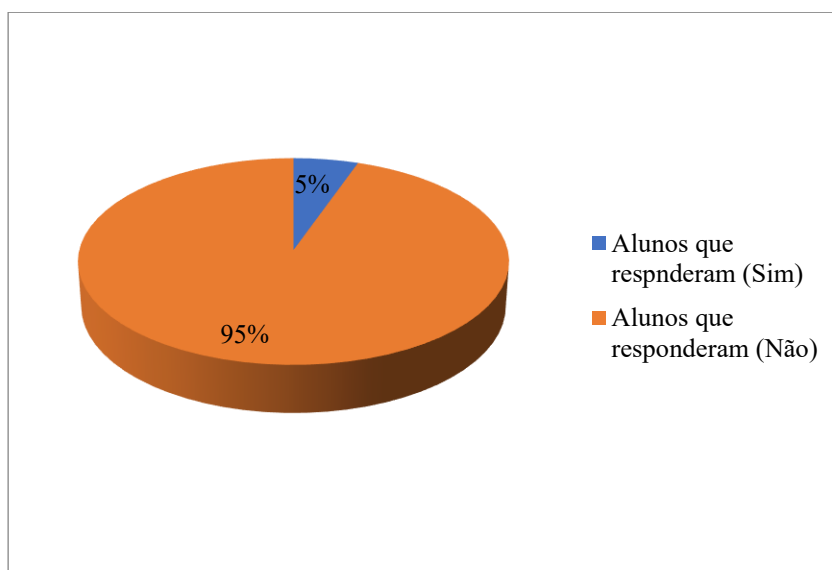
Já o Docente D aponta que a questão da inclusão está prevista no projeto pedagógico da escola, mas é tratada de forma pontual, apenas em situações específicas. Isso mostra uma abordagem reativa, dependente de necessidades imediatas, e de grande importância que escola tem um plano antecipado relacionado à educação inclusiva.

Ferreira (2009) argumenta que a crença no despreparo da escola e dos (as) educadores (as), embora enraizada na cultura escolar, não se justifica mais. Para o autor, caso as escolas estejam realmente despreparadas, cabe aos (às) gestores (as) promover a formação necessária para que todos os estudantes, inclusive os que demandam atendimento educacional especializado, sejam devidamente escolarizados.

Em contrapartida, o Docente E afirma que existem vários projetos voltados para a educação inclusiva, como a Proposta Pedagógica e o Regime Interno, que buscam garantir a educação para todos. No entanto, sua fala carece de informações sobre a aplicação desses projetos na prática, sugerindo que ainda há falta de clareza e estrutura na implementação.

No geral, as entrevistas indicam que, apesar de reconhecerem a importância da educação inclusiva, os docentes não dispõem de ações sistemáticas e eficazes, evidenciando a necessidade de um maior comprometimento institucional, capacitação contínua dos professores e desenvolvimento de políticas inclusivas permanentes.

Ao serem indagados sobre a questão: **“4. A escola possui instrumento de acessibilidade para os alunos com deficiência (tipo rampa para cadeirante)? Se sim, quais?”**, os alunos forneceram as seguintes respostas:

Gráfico 15: Respostas dos alunos à quarta questão

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Observa-se que 35 (95%) alunos, ou seja, a maioria, afirmaram que a escola não dispõe de uma estrutura adequada para práticas inclusivas, enquanto apenas 2 (5%) responderam afirmativamente. Portanto, é fundamental a criação de espaços inclusivos que ofereçam atendimento de qualidade às crianças ou para atender futuras crianças com necessidade especial. Entre esses espaços, destaca-se a necessidade de rampas de acessibilidade para cadeirantes e uma sala de recursos adequados que favoreçam o desenvolvimento das habilidades dos alunos. De acordo com o artigo 3º do Decreto nº 6.571/2008, que trata da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, destaca-se, no inciso I, a exigência de “[...] ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado” (Brasil, 2008). É importante pontuar que, de acordo com as respostas dos alunos e com o conhecimento do ambiente escolar, não existem rampas para cadeirantes.

Um aspecto fundamental para a viabilização de espaços inclusivos é a formação de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais da educação e da área da saúde (Oliveira; Dias, 2022).

Dessa forma, questionamos os docentes sobre a seguinte temática: **“5. De que maneira você quando docente realiza alguma atividade relacionado à educação inclusiva?”** As respostas fornecidas foram as seguintes:

Tabela 6: Respostas dos professores/gestor escola à quinta questão

Docente A	Bom, a gente tenta orientar os alunos durante as atividades, principalmente nas disciplinas em que podemos usar mais dinâmicas lúdicas, para orientá-los sobre a educação inclusiva e sobre o respeito às pessoas que precisam desse atendimento especial. Por exemplo, no mês passado, fizemos uma atividade sobre a questão do autismo, já que os alunos não sabiam o que era o autismo. Então, procuramos explicar o que é para não haver preconceito e distinção em relação a nenhum desses alunos.
Docente B	Como já falei, pelo motivo de não ter alunos nesse perfil, eu, como educador, não tenho uma prática docente, uma metodologia aplicada diretamente nesse quesito. Mas, como já foi falado, nós temos que estar em constante aprendizagem para poder transmitir conhecimento para esses alunos quando, porventura, chegarem até a escola e, conseqüentemente, até a sala de aula.
Docente C	Assim, o caso mais notável, como eu falei, desse aluno que está com pavor de vir para a escola, que agora está no 7º ano, que necessita de atividades fora, a partir de um atendimento direcionado, um atendimento mais voltado para a necessidade dele, até chegar ao ponto dele ser capaz de voltar para a escola e socializar.
Docente D	Especificamente, não posso dizer que seja uma quando docente. O que tento fazer sempre é alertar os alunos para que a educação seja para todos, não apenas uma educação para alguns, como já se viu algumas pessoas defenderem a exclusão de determinadas pessoas. Eu sempre defendo isso quando profissional e quando docente. Outras ações faço juntamente com os meus colegas. Quando tem alguma ação, a gente participa junto.
Gestor escolar E	Atividades realizadas educação inclusiva: Como professor na educação inclusiva é imprescindível que o responsável por direcionar o processo pedagógico, desenvolvendo caminhos para que o aluno adquira o conhecimento. A partir de diversas apresentações de teatros, músicas, palestras, murais, jogos adaptados, dinâmicas e

	estudo.
--	---------

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Observam-se diferentes abordagens dos docentes em relação à realização de atividades voltadas à educação inclusiva. As respostas dos docentes indicam que a educação inclusiva ainda não é amplamente aplicada em todas as turmas, mas há esforços em diferentes níveis para promover o respeito à diversidade e à inclusão escolar.

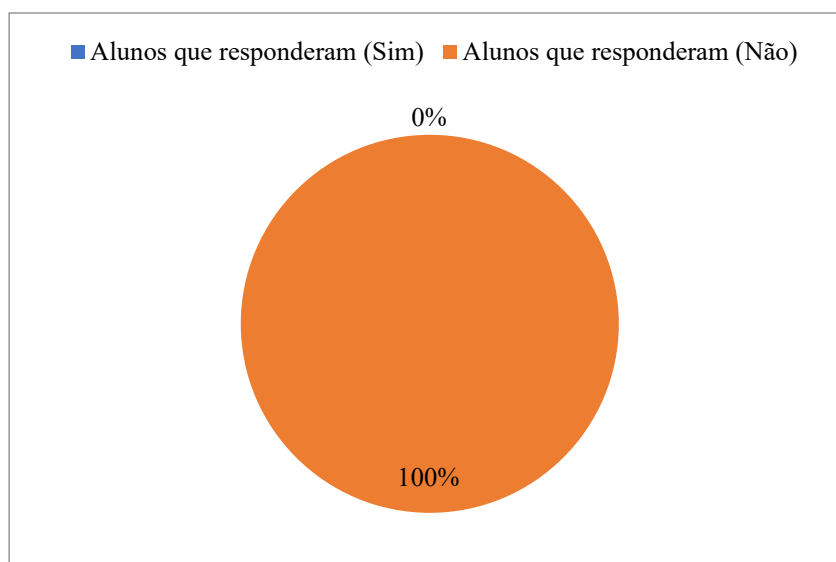
Visão geral, a prática de educação inclusiva varia entre os entrevistados, desde ações concretas como atividades lúdicas e diferenciadas até uma postura de conscientização e preparação futura para inclusão. Alguns docentes já têm práticas mais estruturadas, enquanto outros demonstram limitações ou preparo para atuar conforme a necessidade dos estudantes. Em concordância com:

[...] o professor produz saber que vai utilizar para resolver os problemas com que se depara no dia-a-dia, criando a autonomia necessária para agir e tomar decisões, deixando de estar dependente do saber produzido pelos outros, deixando de ser aquele que utiliza para ser aquele que cria (Dewey 1933 apud Sanches, 2005, p.130).

O autor enfatiza que o professor deve desenvolver sua própria capacidade de gerar conhecimento, em vez de apenas aplicar saberes pronto. Ao criar soluções para os desafios diários, ele adquire autonomia para tomar decisões. Dessa forma, o educador deixa de ser dependente do conhecimento de outros e se torna o criador do seu próprio saber.

Em meio a esse contexto, perguntamos os alunos sobre: **“5. A escola desenvolve atividades Braille para os alunos com deficiência visual ou libras para os alunos auditivos?”**, e tivemos as seguintes respostas:

Gráfico 16: Respostas dos alunos à quinta questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Diante do exposto, observa-se que os 37 alunos (100%) que participaram da pesquisa responderam negativamente à pergunta sobre o desenvolvimento de atividades em Braille ou Libras na escola para alunos com deficiência visual ou auditiva, em razão da inexistência de estudantes com essas necessidades. Esse dado evidencia que a escola não possui alunos cegos ou surdos, portanto não enfrenta esse tipo de desafio relacionado à inclusão. Contudo, é necessário compreender que, caso surjam situações específicas, devem ser desenvolvidas atividades em Braille e em Língua Brasileira de Sinais (Libras), a fim de garantir o direito à inclusão dos alunos com deficiência e assegurar-lhes pleno acesso à educação. Nesse sentido, destaca-se a Lei nº 10.436/2002.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil (Brasil, 2002).

Nesse contexto, a Portaria nº 2.678/2002 do MEC estabelece uma política nacional para garantir o uso do Sistema Braille no Brasil. Isso significa que serão seguidas diretrizes para ensinar, produzir e divulgar o Braille, especialmente na Língua Portuguesa. O objetivo é assegurar que pessoas cegas ou com baixa visão tenham pleno acesso à leitura e à escrita em todas as áreas (Brasil, 2002).

No Decreto nº 5.626/2005 no capítulo II da inclusão da Libras como disciplina curricular:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Brasil, 2005).

Podemos destaca a importância de uma abordagem inclusiva no ensino de alunos surdos, enfatizando de acordo com (Xavier; Buzar, 2022) a inclusão educacional de surdos deve considerar que a maioria desses estudantes são filhos de pais ouvintes e, portanto, chegam à escola sem conhecimento prévio de Libras. Dessa forma, não é suficiente a atuação de um profissional que apenas traduza os conteúdos, sendo essencial que ele também planeje e desenvolva o trabalho pedagógico utilizando Libras como língua de instrução.

Retornando a entrevista realizada aos docentes, perguntamos: **“6. A escola ou município oferta formação inicial e política de formação continuada na área da educação especial?”**, responderam:

Tabela 7: Respostas dos professores/gestor escola à sexta questão

Docente A	Não, que eu conheço não.
Docente B	Acredito que o município, por si só, tem essa política, digamos assim. Tem uma pessoa (coordenador) específica dessa área, na qual essa pessoa vem lidar com todas as peculiaridades e todas as situações que envolvem a educação especial do município. Então, o município tem, digamos assim, essa preocupação e trabalha diretamente com essa possibilidade. Enfim, já que na escola em que eu trabalho nós não temos esse perfil de alunos, porém outras escolas do município têm, então o município tem políticas públicas e tem esse cuidado para trabalhar, desenvolver práticas e metodologias, e assim promover formação para que esses profissionais possam lidar com esses alunos durante o processo de ensino-aprendizagem.
Docente C	Sim.
	Olha eu mesmo não tenho muito conhecimento sobre cursos específicos. Pode ser que existam, mas eu não conheço. É uma área carente dessa

Docente D	formação. A gente não tem tido nem muitos encontros formativos presenciais, mas, quando havia, sempre focavam nesse tema também. Porém, acho que só uma formação esporádica não vai adiantar. Tem que haver, de fato, profissionais capacitados para lidar com algumas situações que, muitas vezes, o professor que lida com vários alunos não consegue. Já se tem buscado, por exemplo, atender alunos que precisam de uma atenção exclusiva para que eles possam ser incluídos na educação.
Gestor escolar E	O Município oferta formação continuada para os professores da rede municipal: Estes alunos estudam junto com todos seus colegas de turma e ainda tem um professor específico formado na área para ajudar nos momentos mais difíceis no aprendizado do estudante. Como todo, é um processo profissionalizante do professor, voltado ao aperfeiçoamento dos seus saberes necessários para a sala de aula, tornando-o capaz de oferecer a qualidade de ensino esperada.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

As respostas dos quatro docentes entrevistados revelam diferentes percepções sobre a formação inicial e continuada na área da educação especial no município. O Docente A afirma não ter conhecimento de nenhuma oferta específica de formação, o que pode indicar uma falha na comunicação institucional ou a inexistência de oportunidades concretas.

Já o Docente B reconhece a existência de uma política municipal voltada à educação especial e menciona a presença de um coordenador responsável pela área, demonstrando uma visão mais positiva. Apesar de sua escola não atender alunos com deficiência, ele reconhece a existência de iniciativas de formação continuada, ainda que de forma indireta.

Por sua vez, o Docente C confirma que há formação, mas sem fornecer detalhes, o que sugere uma compreensão superficial ou limitada sobre como essa formação se dá na prática. Em contraste, o Docente D adota uma postura mais crítica, reconhecendo a realização de formações esporádicas, mas apontando sua insuficiência. Para ele, há uma carência significativa na capacitação dos profissionais da educação, especialmente para lidar com alunos que demandam apoio específico, reforçando a necessidade de formações mais aprofundadas e frequentes no âmbito da educação especial.

Diante das fala dos docentes podemos salientar os autores Alvarado-Prada, Freitas e Freitas (2010), a formação continuada tornou-se um complemento essencial para o desenvolvimento profissional dos docentes, sendo oferecida por meio de palestras e pequenos cursos. As escolas, ao serem considerados espaços de formação contínua, devem disponibilizar tempo e recursos para que os professores possam aprimorar suas práticas pedagógicas tanto de forma individual quanto coletiva. Como existem diversas concepções sobre formação continuada, não há um modelo único a ser seguido. Dessa maneira, é fundamental analisar criticamente essas abordagens e desenvolver novos conhecimentos, promovendo a transformação na qualificação dos profissionais da educação.

O Docente E: Destaca que o município oferece formação continuada, com apoio de um professor especializado para auxiliar alunos com necessidades especiais. A formação é vista como um processo profissionalizante que visa aperfeiçoar os saberes dos professores, permitindo que ofereçam um ensino de qualidade. A resposta reforça a ideia de que o município tem um compromisso com a capacitação dos docentes, especialmente através de formações específicas.

Chamamos a atenção para a importância do processo de formação na vida profissional de um educador, do quantas discussões, estudos, palestras, cursos e assessoramento pedagógico favorecem sua prática e contribuem para a organização de uma mediação eficiente, efetiva e contínua em face dos educandos. Portanto, é interessante que toda instituição escolar estruture de maneira deliberada e contínua um planejamento de formação de seus professores, que não se constitua apenas de eventos isolados, anuais ou semestrais. Também é de igual importância que as equipes de assessoria pedagógica se reúnam regularmente com os professores para que o apoio aos alunos possa ser sistemático, oportuno e eficiente, evitando a ocorrência de acúmulo de possíveis situações (Stainback, W; Stainback S apud Silva, 2009, p.189-190).

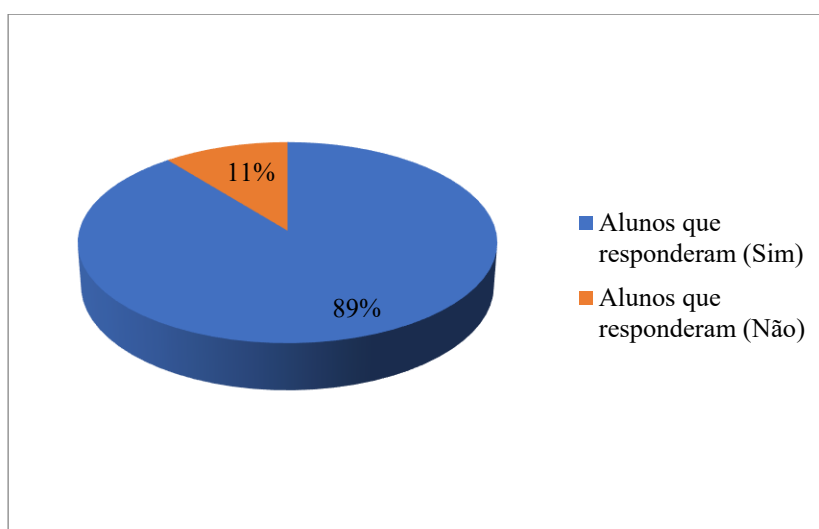
A citação destaca que a formação contínua dos professores é essencial para melhorar sua prática e garantir um ensino eficaz. Para isso, as escolas devem planejar capacitações frequentes, em vez de eventos esporádicos, como o docente D enfatiza ao afirmar que não ocorrem de forma eventual. Além disso, reuniões regulares entre a assessoria pedagógica e os docentes ajudam a oferecer um suporte eficiente aos alunos, evitando o acúmulo de problemas e melhorando a qualidade da educação.

No apanhado geral, há uma percepção de que o município oferece alguma política de formação continuada na área de educação especial, mas essa oferta parece

variar em sua visibilidade e eficácia, que uma necessidade de uma formação mais contínua e profunda, o que reflete uma demanda por melhorias no sistema.

Nesse contexto, indagamos os/as estudantes sobre: **“6. Você concorda que todos os alunos, independentes de suas diferenças ou necessidades especiais, devem ser incluídos em todas as atividades da escola e ter as mesmas oportunidades?”** As respostas obtidas foram as seguintes:

Gráfico 17: Resposta dos alunos à sexta questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Diante da análise das respostas, podemos observar que, dos 37 alunos, 33(89%) concordaram que todos devem ser incluídos nas atividades da escola e ter as mesmas oportunidades, o que revela uma percepção majoritariamente positiva em relação à inclusão. A resposta “sim” dos alunos sugere que a maioria entende e apoia os princípios de equidade e inclusão, reconhecendo a importância de tratar as diferenças como parte integrante do ambiente escolar.

De acordo com a resposta dos alunos, podemos destacar que Mantoan (2003) afirmar que as escolas de qualidade são ambientes educativos que buscam promover o desenvolvimento de personalidades autônomas e críticas, onde crianças e jovens aprendem a se tornar pessoas. Nesses espaços, os alunos aprendem a valorizar as diferenças por meio da convivência com seus colegas, pelo exemplo dos professores e pelo clima socioafetivo que se estabelece na comunidade escolar. Essas escolas se

caracterizam por um ambiente de solidariedade e participação, sem tensões competitivas, e garantem que nenhum aluno seja excluído de suas atividades, aulas ou convivência escolar, proporcionando a todos a oportunidade de aprender juntos, em uma mesma turma.

Entretanto, o fato de 4 alunos (11%) terem respondido “não” indica que ainda existem barreiras, possivelmente ligadas a preconceitos, falta de compreensão ou experiências negativas relacionadas à inclusão de estudantes com necessidades especiais, além de outros fatores que levaram à negação do direito de seus colegas de turma.

É preciso que entendamos que o ato de incluir é, antes de tudo, uma lição de cidadania e de respeito para com o próximo. Incluir é reconhecer que existem outros de nós que precisam participar de todos os meios, seja profissional, educacional, social, independente das diferenças (Neto; Ávila; Amorim; Sales; Nunes; Santos, 2018, p.90).

Segundo os autores, a inclusão consiste em assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas particularidades, tenham as mesmas oportunidades na sociedade. Isso implica promover o respeito, a cidadania e a valorização da diversidade em diferentes contextos, como na escola, no trabalho e na vida social. A inclusão plena ocorre quando todos são acolhidos e ninguém é excluído.

Ademais, isso aponta para a necessidade de um trabalho contínuo de sensibilização e educação sobre os benefícios e o valor de uma escola verdadeiramente inclusiva, além de uma análise mais profunda para identificar os motivos das respostas negativas.

Quando perguntados sobre: **“7. Você possui conhecimento sobre a Política Nacional de Educação na Perspectiva Inclusiva e compreende o processo de sua implementação?”**, os 5 docentes que participaram da pesquisa responderam da seguinte forma:

Tabela 8: Resposta dos professores/gestor escola à sétima questão

Docente A	Bom, como não é algo específico da minha área sou mais de ciências exatas biológicas, não tenho muito conhecimento sobre essa área e também nem formação posterior. Então, não tenho muito conhecimento nessa área, não.
	Assim, em relação à educação inclusiva, quando a gente fala

Docente B	sobre educação inclusiva, está associada diretamente e atrelada à educação especial, então são coisas que estão caminhando lado a lado. Em termos de legislação, mesmo eu não tendo tanto conhecimento, até porque minha formação específica não é da área voltada para a educação especial, em termos de legislação eu não tenho tanta propriedade para falar. Enfim, sobre leis, documentos oficiais, mas o que eu sei é da questão da própria LDB que traz essa questão dessa modalidade de ensino. Juntamente com a LDB, temos também a questão dos PCNs, que são outros documentos. Temos também a questão da BNCC, que traz essa questão da educação inclusiva e educação especial. Enfim, são esses, digamos, os documentos oficiais que tratam do tema. Então, diretamente eu, como professor, tenho mais noção em termos especificamente da minha área de formação, mas logicamente a gente tem que estar aberto, buscando se preparar e ter conhecimento nas demais áreas, como é o caso da educação especial e da educação inclusiva.
Docente C	Assim, não tenho uma boa formação para atender pessoas com necessidades, mas reconheço que é importante e reconheço que tenho essa carência. Mas, no momento, não me sinto habilitado.
Docente D	Assim, não tenho os dados mais atuais, mas já li bastante sobre isso quando estava nos momentos de formação também. Já dever ter atualizado, não tenho tido essa leitura, mas isso varia muito de acordo com o governo, isso é inegável, porque quando o governo tem essa visão de educação inclusiva, ele implementa isso nas escolas. A gente viu no governo Bolsonaro que não havia muito incentivo para a educação inclusiva. Quando volta agora o governo Lula, já tem toda essa discussão sobre essa política, coisas que, independente da inclinação ideológica do governo, é deixada de lado, como aconteceu nos últimos anos. Acho que desde a saída da presidente Dilma, a educação inclusiva ficou meio que relegada. Espero que agora ela volte de fato a ser implementada. A lei existe, já existem as diretrizes, mas falta,

	digamos, a prática em alguns locais. Aos poucos, estamos vendo que está acontecendo. Já vejo muitas situações em que professores estão sendo contratados para lidar com alunos especiais. Isso já é um bom sinal. Espero que continue.
Gestor escolar E	Política Nacional de Educação Especial: O Ministério da Educação com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), apresentam o texto da Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e ao longo da vida, para atenção aos estudantes apoiados pela Educação Especial. A partir do estudo da Base Nacional Comum Curricular podemos desenvolver na prática nossas atividades com mais êxito!

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Analisando a fala dos docentes A e C revelam limitações em relação ao conhecimento sobre a política de educação inclusiva e à formação para atender alunos com necessidades especiais. O Docente A aponta que sua área de atuação, ligada às ciências exatas, não aborda diretamente o tema, sugerindo uma desconexão entre a inclusão e certos campos curriculares. O Docente C reconhece a importância da inclusão, mas admite não se sentir capacitado, evidenciando a necessidade de formação mais abrangente para todos os educadores.

Sob esse ponto de vista a autora Sanches (2005, p. 140) afirma que “mas, se de diferença se fala, a diferença estará certamente na capacidade de refletir sobre tudo isto e de agirmos diferentemente com a nossa e com a diferença dos outros”, pois segundo a autora sugere que a verdadeira diferença está na capacidade de refletir sobre a exclusão e agir de forma mais inclusiva. Em vez de reforçar desigualdades, devemos repensar nossa relação com a diversidade. A mudança não está apenas em reconhecer as diferenças, mas em adotarmos posturas que respeitem e integrem a todos. Isso exige uma transformação tanto individual quanto coletiva. Assim, a diferença positiva está na ação consciente e na aceitação do outro.

O Docente B demonstra um conhecimento geral sobre a legislação que sustenta a educação inclusiva, mencionando a LDB, os PCNs e a BNCC. No entanto, admite não ter um entendimento aprofundado dos documentos legais, o que reflete lacunas em sua

formação sobre o tema. Seu esforço para se preparar mostra iniciativa, mas também evidencia a falta de apoio constante na formação dos professores. Conforme o relato dos docentes, a autora Camelo ressalta:

[...] mesmo considerando os avanços nos estudos na área da educação especial inclusiva, a maioria destes focaliza apenas questões ligados ao processo ensino-aprendizagem dos alunos públicos-alvo de educação especial, deixando de considerar a importância do entendimento da implantação e implementação das políticas públicas educacionais inclusivas como oportunidade de refletir e repensar a sociedade como um todo, oportunizando uma formação mais reflexiva (Camelo, 2021, p. 19).

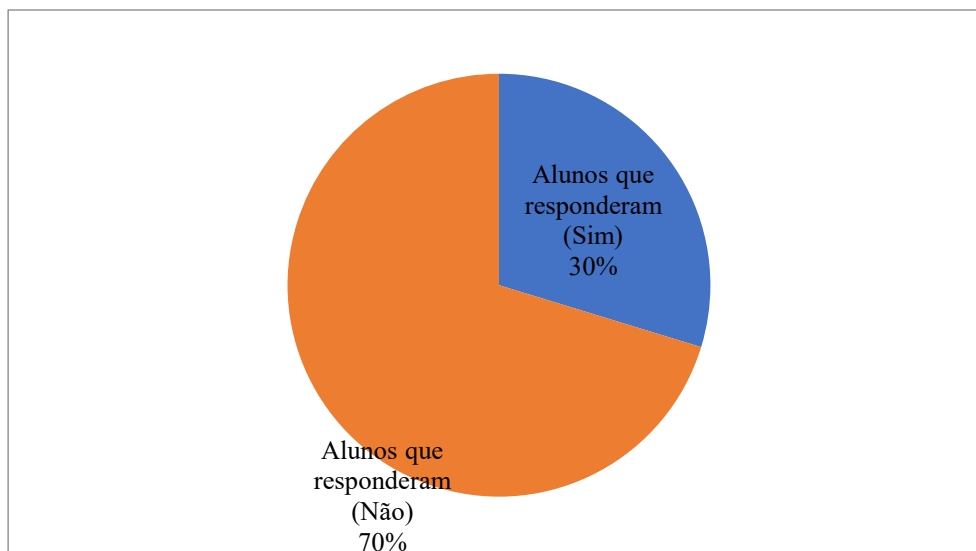
A autora destaca que embora a educação inclusiva tenha avançado, muitos focam só no ensino dos estudantes com deficiência e esquecem das leis que garantem seus direitos. Quando os professores conhecem essas políticas, eles conseguem ensinar melhor e incluir todos de verdade. Além disso, saber a legislação ajuda os docentes a defender os direitos dos alunos e melhorar a escola. Assim, eles não só ensinam, mas também transformam a realidade. Com esse conhecimento, a inclusão se torna mais justa e acessível para todos.

O Docente D oferece uma análise crítica, relacionando a implementação da educação inclusiva às mudanças políticas, e percebe avanços no governo atual com a contratação de professores capacitados. Já o docente E mostra um conhecimento mais técnico, citando a Política Nacional de Educação Especial e a BNCC como base para suas práticas pedagógicas, evidenciando uma compreensão teórica sólida e aplicação prática dos princípios da inclusão.

A maioria dos professores tem uma noção básica da importância da educação inclusiva, mas há lacunas na formação específica para lidar com a diversidade nas salas de aula. Enquanto alguns professores demonstram interesse em se preparar melhor, outros mencionam as limitações impostas pela falta de políticas públicas consistentes nos últimos anos. A formação continuada e o apoio institucional aparecem como elementos cruciais para fortalecer a prática da inclusão nas escolas.

Indagando os alunos sobre essa questão: **“7. Você já testemunhou ou foi vítima de algum tipo de discriminação na escola por causa da cor da pele, gênero ou deficiência, se sim, poderia contar como foi?”**, obtivemos as seguintes observações:

Gráfico 18: Resposta dos alunos a sétima questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Ao analisar as respostas dos alunos sobre discriminação na escola, revela-se uma questão preocupante: embora a maioria, 26 (70%), tenha indicado não ter testemunhado ou sofrido discriminação, 11 (30%) relataram ter sofrido atos discriminatórios por vários fatores, como a cor da pele, incluindo apelidos do tipo “nega” e “preta”, além de relatos de racismo devido à cor. Sobre isso:

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornarem-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações (Lopes, 2005, p. 188 apud. Silva, 2016).

Nesse sentido, conforme pontuado por Silva (2019), compreende-se mais uma vez a importância de ter um ambiente escolar que não reproduza ou apoie a perpetuação do racismo e do preconceito na sociedade. A escola deve promover a reflexão sobre a cultura e os saberes negros, e consequentemente combater a estigmatização do negro na sala de aula.

Em outra resposta de um aluno especificamente de uma ocorrência de homofobia, que exposto pelo aluno “Sim, já sofri homofobia até pelos diretores” que relatou discriminação por parte da administração escolar, que algo extremamente não aceitável, pois são eles que são principal responsável de garantir a diversidade, a proteção e acolhimento a alunos LGBTQIA+.

Ao nos referirmos, hoje, a uma cultura global e à globalização, parece contraditória a luta de grupos minoritários por uma política identitária, pelo reconhecimento de suas raízes (como fazem os surdos, os deficientes, os hispânicos, os negros, as mulheres, os homossexuais). Há, pois, um sentimento de busca das raízes e de afirmação das diferenças. Devido a isso, contesta-se hoje a modernidade nessa sua aversão pela diferença (Mantoan, 2003, p. 2).

A autora explica que muitos grupos querem manter suas identidades e valorizar suas origens. Que esse povo minoritário luta para serem reconhecidos e respeitados em suas diferenças. Isso questiona a ideia antiga de que todos deveriam ser iguais para pertencer à sociedade.

Além disso, foram apontados outros de tipos discriminação e bullying como: religião e aparência física (peso). Essas respostas refletem a perpetuação de desigualdades e violências simbólicas que reproduzem hierarquias sociais baseadas em raça, gênero e outros marcadores sociais da diferença. A escola é um ambiente singular onde os indivíduos podem assimilar conteúdos, interagir e construir conhecimento:

A escola é um ambiente multicultural, diversificado, que atende um público com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas. Enfim, essa é uma característica própria, que acolhe indivíduos com aspectos múltiplos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre muitos outros. A escola é responsável pela transformação do indivíduo, o que corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem (Neto; Ávila; Sales; Amorim; Nunes, 2018, p. 87).

Podemos apontar a necessidade urgente de medidas educativas que abordem questões de diversidade e inclusão de forma mais efetiva, incluindo a implementação de programas que promovam a educação antirracista, a inclusão de debates sobre questões de gênero e sexualidade, e o fortalecimento de ações para combater o bullying. As respostas indicam também uma falha estrutural no ambiente escolar que precisa ser corrigida para garantir que todos os alunos tenham uma experiência escolar segura e inclusiva.

Em seguida, foi dirigida aos docentes a questão: **“8. Quais são recursos na escola para apoiar alunos com necessidade especiais ou com deficiência?”**, e os 5 professores forneceram as seguintes respostas:

Tabela 9: Resposta dos professores/gestor escolar à oitava questão

Docente A	Bom, o único recurso que a gente utiliza seria mesmo só na questão das palestras, de informação mesmo. Agora, em relação à estrutura, não temos uma sala adaptada para inclusão social, por exemplo; não é o caso.
Docente B	Então, como a nossa escola não tem diretamente alunos nesse perfil, não há adequação, acessibilidade nesse sentido. Como eu falei, o município, ele sim tem. Em outras escolas, tem essa prática, digamos assim, enfim, esse aparato é dado ao docente. Exclusivamente na nossa escola, nós não temos alunos desse perfil que têm laudo. Sendo assim, nós não temos uma metodologia ou alguém que favoreça diretamente a essa acessibilidade por conta disso.
Docente C	Assim, no momento, é o acesso aos conteúdos remotos, internet, meet, enfim, essas mídias atuais que facilitam bastante, fazem chegar até ao aluno.
Docente D	Aqui na escola, assim, não temos nenhum equipamento específico voltado para pessoas com necessidades especiais. Até porque não existe ainda uma demanda. Como não tem essa demanda, ainda não houve a compra de alguns desses equipamentos. E também a única coisa que tem de acessibilidade é a rampa. Fora isso, não há tanto equipamento. Aliás, não há nenhum equipamento voltado para pessoas com deficiência.
Gestor escolar E	Recursos disponíveis na escola para aluno com deficiência: Preparo do corpo docente; adaptação do projeto pedagógico; Uso das novas tecnologias; fomentar um ambiente de cooperação e livre de preconceitos; Parceria entre escola e família.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

A análise das respostas dos professores sobre os recursos disponíveis para apoiar alunos com necessidades especiais ou deficiência revela uma falta significativa de infraestrutura, materiais adaptados e práticas inclusivas na escola, com algumas exceções pontuais. Como já mencionei anteriormente, Lei nº 9.394/96, a Lei nº 9.394/1996 prevê que, quando for preciso, a escola regular deve contar com serviços de apoio especializado para atender adequadamente os estudantes da educação especial.

Também indica que, em situações nas quais a inclusão em turmas comuns não seja viável por conta das particularidades dos alunos, o ensino poderá ser realizado em classes, escolas ou serviços específicos (Brasil, 1996).

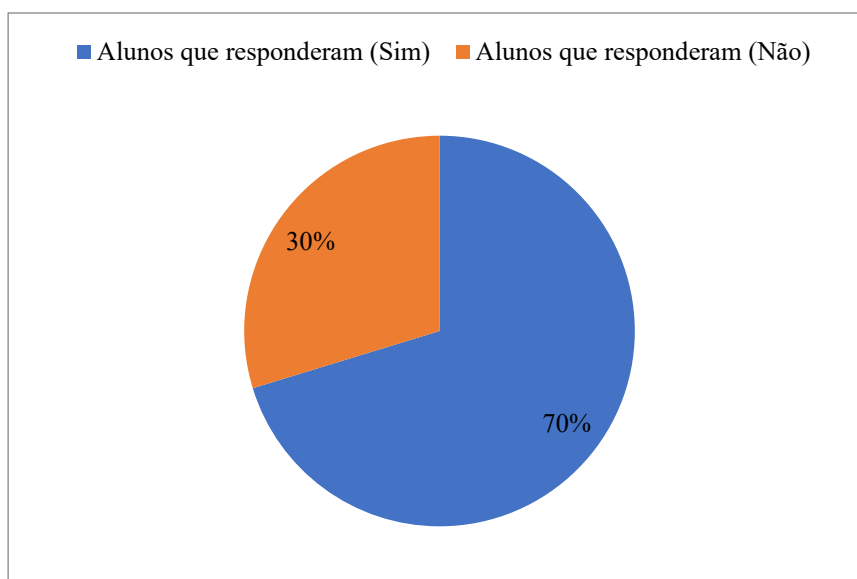
De modo geral, as respostas dos docentes revelam uma carência significativa de recursos e práticas inclusivas na escola, a falta de adaptações físicas, materiais específicos e ambientes acessíveis indica uma postura reativa das escolas, que só consideram a inclusão quando há demanda explícita, como laudo médico, com exceção da visão mais estruturada do fala do Gestor Escolar.

Sabemos que a falta de infraestrutura adequada ainda é um problema em muitas escolas brasileiras, como a ausência de rampas, banheiros adaptados, acessos para cadeirantes, corrimãos, entre outros recursos. Muitas vezes, as escolas só tomam providências quando um estudante com necessidades específicas chega, o que demonstra falta de planejamento e compromisso com a educação inclusiva.

A inclusão não pode ser vista como algo emergencial, mas como parte da estrutura permanente da escola. Preparar o ambiente físico é um dos primeiros passos para garantir a equidade no acesso à educação. A escola deve ser pensada para todos desde o início. Só assim será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e justa.

Ao serem questionados sobre: **“8. A escola realiza palestras sobre questões de gênero, raça, alunos com deficiência que independentemente de suas diferenças, devem ser respeitado e ser incluídos em todas as atividades da escola?”**, os estudantes que participantes da pesquisa responderam da seguinte maneira:

Gráfico 19: Resposta dos/as alunos/as a oitava questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

A avaliação das respostas à pergunta sobre a realização de palestras na escola sobre questões de gênero, raça e inclusão de alunos com deficiência, no contexto da educação inclusiva, revela uma divisão significativa entre os alunos em relação às atividades realizadas pela escola.

Dos 37 alunos que responderam ao questionário, 26 (70%) afirmaram que a escola promove palestras sobre essas temáticas, enquanto 11 (30%) responderam que não. Essa discrepância sugere que, embora a maioria dos alunos reconheça a realização de iniciativas voltadas à conscientização sobre inclusão e respeito às diferenças, há uma parcela considerável que não tem essa percepção. Isso pode indicar uma inconsistência na divulgação ou na frequência dessas atividades, ou até mesmo que algumas palestras podem não estar chegando de maneira eficaz a todos os alunos, ou seja, quando se aprende algo de maneira significativa, não se esquece:

Educação Inclusiva significa pensar uma escola em que é possível o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem (Blanco, 2003, p. 16).

A percepção de quase um terço dos alunos de que essas palestras não são realizadas aponta para uma possível falha na comunicação entre a escola e os estudantes, ou uma falta de participação ativa dos alunos em tais atividades. Dessa

forma, a análise sugere que, apesar de haver esforços para tratar dessas questões na escola, é preciso reforçar essas iniciativas, garantindo maior engajamento e alcance, para que todos os alunos tenham consciência da importância do respeito às diferenças e da inclusão em todas as atividades escolares.

A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo. As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (Mantoan, 2003, p.12).

A autora explica, na citação, que para incluir todos na educação é necessário mudar a forma como a escola ensina, valorizando as diferenças entre as pessoas. Compreender a diversidade é essencial para aprendermos a reconhecer essas diferenças, entendermos melhor o mundo e a nós mesmos.

Quando foram perguntados sobre: **“9. Quais são as políticas e diretrizes da escola relacionadas à educação inclusiva? A educação inclusiva está de acordo com PP da escola?”**, os 5 docentes participantes da pesquisa responderam da seguinte maneira:

Tabela 10: Resposta dos professores/gestor escolar à nona questão

Docente A	Sim, todo ano a gente atualiza. Mas, como já respondi nas outras perguntas, aqui é uma escola que não tem essa demanda para alunos especiais ou que necessitam de um atendimento diferenciado. Então, a gente não tem políticas e nem no PP algo relacionado a isso.
Docente B	Então, as políticas e diretrizes, como eu falei, dentro da nossa escola, digamos assim, não são tão efetivas pelo fato de nós não termos alunos nesse perfil. Estou até, digamos, repetindo por conta da necessidade dos questionamentos, dos anúncios das perguntas, mas desde que tenhamos alunos nesse perfil, acredito que o próprio PPP, que está em constante revisão, será implementado com práticas pedagógicas e todo um aparato para esse aluno, desde que tenhamos esse aluno aqui no quadro de discentes.
Docente C	A escola faz uma ação para detectar aqueles alunos que têm um certo déficit, uma necessidade, e a escola se mobiliza. Os professores desempenham papel para fazer esse aluno, dentro de suas limitações, progredir. Sim, está de

	acordo com o PP da escola.
Docente D	Assim não tenho, digamos, uma ação específica para educação inclusiva nesse sentido de atender alguns alunos, até porque, na escola, agora que estão sendo detectadas algumas situações. Quando não eram detectadas, isso não era tão trabalhado, apenas algumas situações mais voltadas para lutar contra o preconceito e a discriminação. Tanto é que não existe nenhum aluno na escola que já esteja acompanhado especificamente nesse sentido, de ter professor para aquele aluno que precisam de uma atenção especial. A escola sempre tem buscado apoio, mas não depende só dela; depende também da gestão municipal. Se a gestão municipal der todo esse suporte, isso já terá melhorado. O que tem acontecido, por exemplo, são ações para melhorar a aprendizagem de alunos que estão com dificuldade. Foi colocado um professor para trabalhar com alunos de reforço que estão com déficit de aprendizagem. Isso já é um bom sinal e também é resultado daquilo que passamos na pandemia, quando muitos alunos ficaram com déficit de aprendizagem. Muitos deles não tinham acesso a celular e tecnologia, então ficou mais difícil. Tem sido uma tentativa, mas ter um professor para alguns alunos especiais ainda não foi implementado, até porque, na escola, não foi detectado nenhum aluno com algum transtorno ou que precise de um acompanhamento especial. Mas agora, parece que há um aluno que já foi detectado, e a situação está sendo colocada para acompanhamento por um professor. Enfim, a escola tem se mexido, só que não depende só dela.
Docente E	Inclusão social política e diretrizes: em grande parte, por meio de políticas públicas, como as ações afirmativas inclusivas no PP e outros projetos que são tratados também durante o ano todo.

Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

De acordo com a análise os docentes A e B reforçam a ideia de que a escola não possui políticas específicas de inclusão porque não há alunos identificados com necessidades especiais. Ambos afirmam que o PP da escola está em constante revisão, mas destacam que a ausência desses alunos impede a aplicação prática de políticas inclusivas.

[...] a reorganização das escolas depende de um encadeamento de ações que estão centradas no projeto político-pedagógico. [...] Os currículos, a formação das turmas, as práticas de ensino e a avaliação são aspectos da organização pedagógica das escolas e serão revistos e modificados com base no que for definido pelo projeto político pedagógico de cada escola (Mantoan, 2003, p. 35-36).

A autora destaca que a organização das escolas depende de um conjunto de ações articuladas no projeto político-pedagógico (PPP). Dessa forma, o PPP é fundamental para garantir uma educação alinhada às necessidades da comunidade escolar. A fim de atender todas as diversidade existentes no ambiente escolar, a gestão escolar deve estar atenta à sua construção e implementação.

Isso reflete uma abordagem da autora Camelo (2021), a gestão escolar desempenha um papel essencial na transformação das escolas comuns em inclusivas, sendo responsabilidade do gestor mobilizar a comunidade escolar para a construção de um Projeto Pedagógico (PP) que atenda às necessidades dos alunos. Para que as práticas educativas sejam coordenadas, estruturadas e avaliadas de forma eficaz, é necessário contar com uma liderança forte, capaz de implementar estratégias diferenciadas para garantir a diversidade dos educandos.

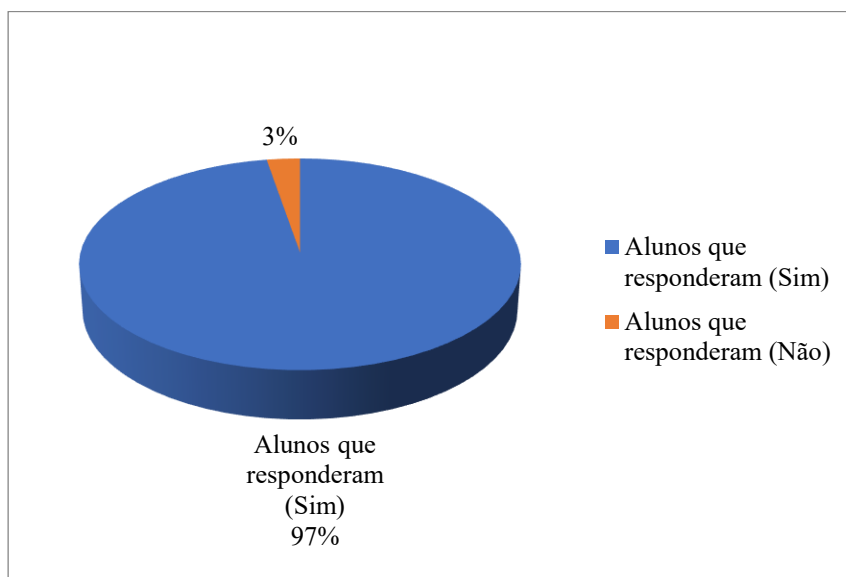
Dessa forma, a adaptação não deve partir apenas dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, mas também da escola, que deve considerar tanto a escolarização quanto a socialização desses estudantes, focando em suas potencialidades para garantir equidade e igualdade no ambiente educacional.

Os docentes C, D e E têm diferentes visões sobre a inclusão escolar. O docente D destaca que agora que estão sendo detectadas algumas situações e que as ações inclusivas ainda são limitadas, dependendo muito da gestão municipal, o que mostra dificuldades na prática. O docente C elogia o esforço da escola em ajudar os alunos, mas sem explicar como isso é feito de forma concreta, indicando que ainda há desafios, especialmente após a pandemia.

Já o docente E fala sobre as políticas públicas e ações inclusivas no Projeto Pedagógico da escola, sugerindo uma abordagem mais organizada, mas não explica muito bem como essas ações acontecem no dia a dia. No geral, todos os professores reconhecem os avanços na inclusão, mas ainda apontam dificuldades em aplicar estratégias eficazes e contínuas para atender os alunos com necessidades especiais.

Ao serem indagados sobre: **“9. Você acha que é importante que a escola promova a diversidade e o respeito às diferenças entre os alunos?”**, os estudantes participantes da pesquisa apresentaram as seguintes respostas:

Gráfico 20: Resposta dos alunos a nona questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

O exame das respostas à pergunta a revela um forte consenso entre os estudantes sobre a importância de promover a diversidade e o respeito na escola. Dos 37 alunos que responderam ao questionário, 36 (97%) afirmaram que acreditam ser importante a promoção da diversidade e do respeito às diferenças, enquanto apenas 1 aluno (3%) respondeu negativamente.

Essa ampla concordância sugere que a maioria dos estudantes está consciente da relevância de uma educação inclusiva e da necessidade de promover um ambiente escolar que valorize as diferenças, sejam elas de gênero, raça, deficiência ou outras.

Esse dado reflete uma aceitação geral de que a escola deve ser um espaço de respeito e inclusão, o que pode estar ligado a discussões e práticas anteriores que abordem esses temas, mesmo que haja desafios em sua implementação completa, conforme indicado em outros questionamentos anterior.

Como enfatiza o autor Ainscow (2009, p.19), “nós articulamos valores inclusivos que se referem à igualdade, à participação, à comunidade, à compaixão, ao respeito pela diversidade, à sustentabilidade e ao direito”. Além disso, a inclusão escolar

deve ir além do simples respeito às diferenças, compreendendo que elas estão sempre mudando e sendo construídas socialmente:

A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. A posição é oposta à conservadora, porque entende que as diferenças estão sendo constantemente feitas e refeitas, já que vão diferindo, infinitamente. Elas são produzidas e não podem ser naturalizadas, como pensamos, habitualmente. Essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada (Mantoan, 2003, p. 20).

Por outro lado, a resposta negativa de um aluno pode indicar uma resistência pontual à ideia de diversidade ou uma falta de compreensão sobre a importância desse tema. Isso também pode refletir a necessidade de reforçar continuamente a educação sobre diversidade e inclusão, a fim de alcançar todos os alunos, inclusive àqueles que ainda podem estar presos a visões mais excludentes ou preconceituosas.

Dessa forma, realizamos uma indagação subjetiva aos professores sobre: **“10. Quais estratégias a escola utiliza para identificar e atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências ou com dificuldades de aprendizagem?”**, e as respostas obtidas foram:

Tabela 11: Resposta dos professores/gestor escolar à décima questão

Docente A	Pronto, isso sim a gente tem muito aqui. Durante as aulas, a gente percebe alguns alunos que têm dificuldades na aprendizagem, na leitura, na escrita e até mesmo no comportamento. A gente consegue identificar alguns alunos que são mais agitados, que, por mais que a gente dê o comando de aula, passe as atividades e faça a explicação, eles não conseguem compreender ou acompanhar como os outros alunos. Então, a gente percebe isso e traz primeiro para a gestão, faz uma reunião de professores e gestão escolar. A gente identifica e manda os nomes desses alunos para a psicopedagogia do município e, também, encaminha para a psicologia do município.
	Então, a escola não trata diretamente dessas questões, dessas dificuldades dos alunos, por conta de nós não termos alunos nesse perfil aqui dentro do nosso corpo discente, digamos assim. Por conta disso, a escola não traz um aparato, não promove algo nesse sentido. Como eu falei na pergunta anterior, acredito que, se tivermos alunos e

Docente B	recebermos laudos com esse quadro, de alunos que fazem parte da educação especial seja autista, com algum tipo de deficiência, com superdotação ou altas habilidades, a escola vai buscar e proporcionar a esse aluno toda a igualdade de condições para que ele possa se desenvolver. E, consequentemente, quando eu falo escola, refiro-me a toda a estrutura escolar, digamos assim, desde a gestão até os professores de modo geral.
Docente C	O primeiro caso interação, nós ver que há uma certa distorção em relação a, por exemplo, alunos com isolamento social, alunos que não tem rendimento, alunos que mostra padrão de comportamento. A escola ela detecta e dá melhor forma ela tem que intervir solucionar esse problema.
Docente D	Olha, esse diagnóstico é feito basicamente pelos professores. Então, quando um professor percebe uma situação e outro percebe a mesma situação, é um diagnóstico coletivo a partir da percepção dos professores que trabalham com aqueles alunos. Foi assim que nós detectamos muitas situações. Já foram detectados alunos que têm, por exemplo, problemas familiares que muitas vezes repercutem na escola, alunos com problemas de ansiedade, alunos que não conseguem ter bom desempenho. Aí, os professores têm chamado à atenção e colocado a gestão a par disso, muitas vezes fazendo relatórios para poder ter um acompanhamento melhor. Então, esse é o diagnóstico que é feito basicamente, e principalmente, pelos professores, porque são eles que estão vendo as situações em sala de aula.
Gestor escolar E	Estratégias que a escola usa para identificar e atender alunos com deficiência: A partir do diagnóstico, observação e avaliação semanal referente ao aprendizado do aluno, o professor poderá identificar possíveis problemas relacionados ao estudante. Enviar os relatórios a equipe psicossocial da SEMECTI, para que estes alunos possam ter um acompanhamento e aprendizado.

As respostas dos docentes à pergunta sobre as estratégias utilizadas para identificar e atender às necessidades individuais dos alunos com deficiências ou dificuldades de aprendizagem mostram uma diversidade de abordagens, variando de práticas já implementadas a uma visão de potencial resposta a casos futuros.

O docente A destaca uma atuação proativa da escola, onde dificuldades de aprendizagem e comportamento são observadas diretamente pelos professores durante as aulas. Essas observações são levadas à gestão, que encaminha os alunos para profissionais especializados, como psicopedagogos e psicólogos. O foco está no trabalho colaborativo entre professores e gestão.

O Docente B, por outro lado, afirma que a escola ainda não tem um aparato específico por não haver alunos com laudos de deficiências ou dificuldades, mas ressalta que, se necessário, a escola estaria preparada para oferecer condições de igualdade. Essa resposta sugere uma postura mais reativa, onde a ação seria tomada apenas na presença de alunos com diagnósticos, novamente utilizando mesma justificativa. É de suma importância estratégias para identificar e atender às necessidades para garantir que todos os alunos, independentemente de suas dificuldades, aprendam juntos em um ambiente acessível, como ressaltar:

A educação inclusiva pressupõe escolas abertas a todos, onde todos aprendem juntos, quaisquer que sejam as suas dificuldades, porque o ato educativo se centra na diferenciação curricular inclusiva, construída em função dos contextos de pertença dos alunos, à procura de vias escolares diferentes para dar resposta à diversidade cultural, implementando uma práxis que contemple diferentes metodologias que tenham em atenção os ritmos e os estilos de aprendizagem dos alunos (Roldão, 2003 apud Sanches, 2005, p. 132).

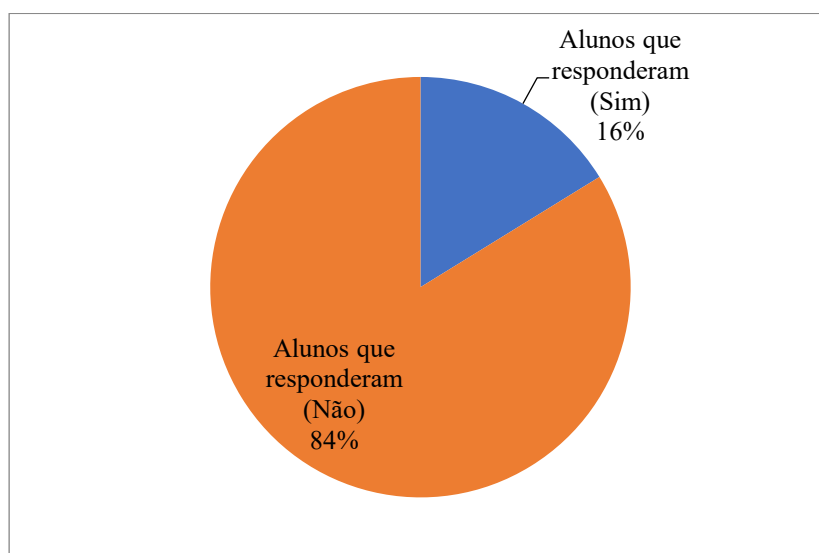
Os docentes C, D e E usam diferentes formas para identificar e ajudar alunos com dificuldades. O docente C observa sinais como isolamento e baixo desempenho, buscando soluções na escola. O professor D destaca que os docentes fazem diagnósticos em grupo para identificar problemas como ansiedade e questões familiares, gerando relatórios para um melhor acompanhamento. Já o professor E acredita que a observação constante e avaliações semanais são fundamentais para encaminhar alunos à equipe psicossocial e garantir o suporte necessário.

Através da fala apresentada pelos docentes podemos dispor o decreto nº 6.57/2008 estabelece que o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um apoio extra para alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem, ajudando-os a

acompanhar a escola regular. Esse suporte inclui recursos, materiais adaptados e estratégias que facilitam a participação e o aprendizado. Além disso, busca integrar a educação especial ao ensino comum, eliminar barreiras no processo de ensino e garantir que esses alunos possam continuar seus estudos em outros níveis de ensino sem obstáculos. (Brasil, 2008).

Referente aos alunos foi questionado: **“10. Você já viu alguém ser alvo de discriminação na escola por causa de sua raça?”** as respostas que se sobressaíram foram:

Gráfico 21: Resposta dos alunos a décima questão



Fonte: Dados coletados pela pesquisadora, 2024.

Como se conseguiu observar, uma percepção predominantemente negativa em relação à existência de discriminação na escola. Dos 37 alunos que responderam, 31 (84%) afirmaram nunca ter presenciado episódios de discriminação racial, sugerindo que, para a maioria, esse problema não é visível ou não ocorre de forma evidente no ambiente escolar.

Por outro lado, dos 6 (16%) alunos que responderam “sim”, 3 apresentaram justificativas que mencionaram diretamente ofensas relacionadas à cor da pele, como o uso do termo “negra” de maneira pejorativa. E outro aluno relatou: “Sim, minha colega de turma já sofreu várias vezes”, sem fornecer mais detalhes sobre a ação de

discriminação que ocorreu, mas indica que a discriminação pode ocorrer repetidamente e que há uma consciência de que o problema não se resume a um caso isolado. E dos alunos que respondeu “Sim” não forneceu justificativa. Vale ressaltar que, conforme Silva (2016, p. 67) discorre que o racismo não só existe na escola, como é na sala de aula que ele se apresenta-se de forma mais explícita, através de apelidos dirigidos aos alunos negros.

Além disso, há uma resposta que aluno ressalta “Sim, um colega meu foi alvo de discriminação e preconceito por ele ser acima do peso” embora não se refira diretamente à raça, essa resposta evidencia a ampliação da percepção de discriminação para outros tipos de preconceito, como o bullying relacionado ao corpo, incluindo, mas não se limitando, à questão racial.

Segundo Silva (2016), embora a responsabilidade não recaia inteiramente sobre os professores, é fundamental que estejam preparados para lidar com questões de racismo, preconceito e discriminação, uma vez que desempenham o papel de mediadores do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa visou analisar a execução da prática da Educação Inclusiva para a promoção para uma educação de igualdade para todos na Escola Municipal localizada na zona rural do interior do Maranhão.

Como vimos até aqui a proposta de uma educação de igualdade para todos ancorada nessas respectivas das leis que existe que seguro esse direito ao estudantes, e também aos autores citado nesse trabalho, que reconhecem a importância de garantir uma educação de qualidades, respeito à diversidade e do acesso de oportunidades ao todos no ambiente escolar.

Do início, refletiu-se sobre definir o termo e destacar sua importância no contexto educacional, com ênfase na transição da educação especial para o modelo de educação inclusiva, ressaltando o papel de Atendimento Especializado (AEE), os desafios da educação inclusiva no Brasil e a formação dos professores. Em seguida, buscou-se entender como os professores e a gestor escolar lidam com a educação inclusiva, suas percepções e práticas. Além disso, investigar como os alunos enxergam essa questão, suas experiências e desafios.

Os dados obtidos com a pesquisa indicam que o ambiente escolar da rede regular de ensino enfrenta problemas, como a visão limitada dos docentes sobre a educação inclusiva, que vai além da simples integração de alunos com deficiência em salas regulares, a ausência de programa ou práticas voltadas à inclusão, a falta de formação continuada e a falta de estrutura física. Além disso, há uma carência de discussões bem claras e bem trabalhadas em sala de aula para a conscientização dos alunos.

Ademais, foi possível constatar a ausência de formação continuada em Educação Inclusiva e Educação Especial dos professores para lidar com as necessidades específicas dos alunos. Observa-se que muitos deles apresentam dificuldades em tratar da temática, demonstrando uma visão bastante limitada sobre a educação inclusiva, que muitas vezes é reduzida apenas à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. No entanto, a educação inclusiva vai além disso, abrangendo todos os fatores que podem impedir o pleno desenvolvimento dos estudantes, os quais podem estar ligados a diferentes aspectos do ambiente escolar.

Os dados mostram que muitos alunos ainda desconhecem a temática da Educação Inclusiva. Esse desconhecimento se aprofunda quando se trata dos objetivos

dessa proposta. Poucos compreendem que ela visa acolher a todos, sem exclusões. Isso revela a necessidade de maior esclarecimento nas escolas.

Com base nos dados coletados, foi possível compreender as diferentes manifestações de racismo presentes no cotidiano da escola analisada. Observa-se, assim, a relevância do papel dos professores. Torna-se fundamental que esses profissionais desenvolvam um olhar sensível e atento para reconhecer atitudes de preconceito, discriminação e racismo entre os estudantes, a fim de promover um ambiente respeitoso e acolhedor, que valorize a diversidade de todos.

Os dados revelam uma significativa ausência de programas ou ações voltadas à inclusão, como a oferta de formação específica em relações étnico-raciais, questões de gênero e diversidade. Também foi identificada a falta de salas de apoio estruturadas, bem como a escassez de equipamentos, materiais didáticos e recursos adequados para que a escola possa, de fato, garantir uma Educação Inclusiva.

Em suma, as discussões levantadas até aqui, foi possível perceber que ainda existem diversas lacunas que dificultam a verdadeira inclusão dos alunos no ambiente escolar. Os dados revelam fatores que colaboram para essa exclusão, como a carência de formação adequada dos docentes — essencial para que reconheçam a relevância da temática —, além da falta de recursos pedagógicos, apoio financeiro, infraestrutura adequada nas escolas e de políticas públicas eficazes.

Nesse contexto, é importante compreender que a inclusão vai além da sua implementação no âmbito político e da atuação apenas dentro da escola. A construção de uma educação inclusiva deve abranger todos os espaços sociais. Por isso, é essencial continuar lutando por avanços nas políticas públicas, com o objetivo de construir uma sociedade mais justa e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINSCOW, Mel. **Tornar a educação inclusiva: como essa tarefa deve ser conceituada?** In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy e BARREIROS, Débora. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

AMARAL, Lúcia Assumpção. **Conhecendo a deficiência (em companhia de Hércules)**. São Paulo: Robe Editorial, 1995.

ALVARADO-PRADA, Luís Eduardo.; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília/DF: Casa da Presidência Civil, 1988.

BRITO, Ana Paula Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SILVA, Brunna Alves da. A importância da pesquisa bibliográfica no desenvolvimento de pesquisas qualitativas na área de educação. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 1-15, 2021.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol. Univ.** São Paulo, São Paulo, SP, v.18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 2/2001**, de 30 de janeiro de 2001. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: LDB**. 2. ed. atual. até junho de 2018. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. ISBN 978-85-7018-935-6.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm. Acesso em: 07 de mar. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 set. 2008. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 22 de jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.678, de 24 de setembro de 2002.** Aprova o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e recomenda seu uso em todo o território nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2002. Disponível em: <[insira o link, se houver]>. Acesso em: 24 de jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 26 jul. 2024.

BLANCO, Rosa. **Aprendendo na diversidade:** Implicações educativas. Foz do Iguaçu: 2003. Disponível em: <<https://silo.tips/download/aprendendo-na-diversidade-implicao-es-educativas>>. Acesso em: 09 abr. 2025.

CAMELO, Maria Gorethi dos Santos. **A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em municípios do Maranhão:** limitações e contribuições/Maria Gorethi dos Santos Camelo. – São Luís, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Júlio Romero. **Financiamento da educação básica:** o público e o privado na educação especial brasileira. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy e BARREIROS, Débora. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

FLEURI, Matias Reinaldo. **Complexidade e interculturalidade:** desafios emergentes para a formação de educadores em processos inclusivos. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy e BARREIROS, Débora. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise; SOUZA FONTES, Rejane de. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade Educação. **Revista do Centro de Educação**, vol. 32, núm. 2, 2007, pp. 343-355.

GLAT, Rosana.; BLANCO, Leila de Macêdo Varela. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 2007.

LIMA, Priscila Augusta de. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercampo, 2006.

LIBANEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, Mar. 2012.

LIMA, Eunice Tavares Silveira. **Política de inclusão: um estudo na rede pública de educação em Jataí-Goiás**. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/1115>>. Acesso em: 15 abr. 2024.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo : Atlas 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** — São Paulo: Moderna, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** 1. Reimpressão. São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. O direito de ser diferente, na escola. In: RODRIGUES, D. (org.) **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

MORA, Estela. **Psicopedagogia infanto-adolescente**. São Paulo: Grupo Cultural, 2006.

OLIVEIRA, Shirlene Gomes da Silva; DIAS, Viviane Borges. Formação de pedagogos para o contexto inclusivo: um estudo de revisão. **Revista Educação Especial**, vol. 35, 2022, Enero-Diciembre, pp. 1-21.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os direitos da criança**. Nova Iorque, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 13 maio 2025.

PLAISANCE, Eric. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015.

PLETSCH, Marcia Denise; SOUZA, Flávia Faissal de. Educação comum ou especial? Análise das diretrizes políticas de Educação Especial brasileiras. **Revista Ibero-**

Americana de Estudos em Educação, v. 16, n. esp. 2, p. 1286-1306, 2021.
<https://doi.org/10.21723/riaee.v16iesp2.15126>

REIS, Marlene B. de F. **Educação inclusiva: limites e perspectivas**. Goiânia: Deescubra, 2006.

RODRIGUES, D. O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível. **Inclusão**, v. 1, p. 7-13, 2000.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível**. 2013. 279f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro-RJ, 2013.

RODRIGO, P. M. L.; LIMA, W. D. S. R.; VIANA, M. A. P. A importância da formação continuada de professores da educação básica: A arte de ensinar e o fazer cotidiano. **Saberes Docentes em Ação**, Maceió, v. 03, n. 01, p. 28-47, set./2017.

SANCHES, Isabel. Compreender, Agir, Mudar, Incluir. Da investigação-ação à educação inclusiva. **Revista Lusófona de Educação**, n. 5, 2005, pp. 127-142.

SILVA, Luzia Guacira. Múltiplas representações de docentes acerca da inclusão de aluno cego. In: FÁVERO, Osmar; FERREIRA, Windyz; IRELAND, Timothy e BARREIROS, Débora. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO, 2009.

SILVA, Oto Marques. **A epopeia ignorada**. São Paulo: CEDAS, 1986.

SPOSATTI, A. Mapa da exclusão/inclusão na cidade de São Paulo. São Paulo: EDUC, 1996.

SAWAIA, Bader. Identidade – uma ideologia separatista? In: SAWAIA, Bader. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

SANTOS, Thiffanne Pereira; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. A formação docente na perspectiva da educação inclusiva. **Rev. Travessias**, v.10, n. 02, p. 330-344, 2016.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SARAVALI, Eliane Giachetto; GUIMARÃES, Karina Perez. Dificuldades de aprendizagem e conhecimento: um olhar à luz da teoria piagetiana. **Olhar de Professor, Ponta Grossa**, v. 10, n. 2, p. 117-139, 2007.

SILVA, Ana Paula de Souza. **Tia eu não sou negro! Como o professor dos anos iniciais lida com o racismo na sala de aula de uma escola de Valparaíso de Goiás**. Brasília, 2016, p. 80.

SILVA, Luana Lima Bittencourt. Racismo no ambiente escolar: vivências de jovens estudantes do ensino médio no campo. **Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco**, v. 9, n. 20, p. 65-102, 2019.

UNESCO. **Declaração de Salamanca, e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**/tradução: Edilson Alkmim da Cunha. 2.ed.-Brasília: CORDE, 1997.

XAVIER, Quesia Teles Soares; BUZAR, Edeilce Aparecida Santos. A educação de jovens e adultos surdos no entorno do Distrito Federal: uma análise. In: BUZAR, Edeilce Aparecida Santos; ABREU, Fabrício Santos Dias de. **Educação de Surdos: entre o discurso e a prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CAMPUS SÃO BERNARDO
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES

**TEMA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL
DO INTERIOR DO MARANHÃO**

Caro professor/a, este é um convite para você participar da pesquisa intitulada: **“EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL DO INTERIOR DO MARANHÃO”**, como trabalho final para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, da aluna Mila da Costa Sales, a ser desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio. O presente trabalho tem como objetivo geral “Investigar como se desenvolvem os processos de educação inclusiva na Escola Municipal da zona rural do interior do Maranhão”.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, inclusive quando não se sentir à vontade na resposta de perguntas de caráter obrigatório. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e mantidas em absoluto sigilo, assegurando assim sua confidencialidade e privacidade dos que tomarem parte na pesquisa. Os dados poderão ser utilizados durante

encontros e debates científicos e publicados, preservando o anonimato das participantes. Desde já, agradecemos sua valiosa contribuição.

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Aceito participar da pesquisa intitulada “Educação Inclusiva em uma Escola Municipal da Zona rural do Interior do Maranhão”. Um estudo desenvolvido pela acadêmica/ pesquisadora Mila da Costa Sales e permito que obtenha os dados necessários para fins desta pesquisa científica.

Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos. Autorizo que os materiais e as informações obtidas possam ser usados para a realização de um artigo científico do pesquisador, porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

() Aceito

() Não aceito

1. Dados pessoais dos participantes**1.1- Gênero**

Masculino ()

Feminino ()

1.2- Idade

18 a 20 anos ()

20 a 25 anos ()

25 a 35 anos ()

35 a 45 anos ()

45 a 55 anos ()

55 a 65 anos ()

1.3- Raça/Etnia

Preto ()

Pardo ()

Branco ()

Indígena ()

Amarelo ()

1.4- Tempo de experiência docente

1 a 5 anos ()

5 a 10 anos ()

10 a 20 anos()

20 a 30 anos ()

1.5- Formação/Curso Superior:

Sim () Qual curso?

Não ()

1.6- Formador(a) na área que exerce?

Sim ()

Não ()

1.7- Reside na Cidade?

Sim ()

Não ()

2. Questionário para os Docentes e Gestores

1. Qual sua concepção sobre que é educação inclusiva?

2. Na escola que você trabalha como se dá educação inclusiva?

3. Você poderia citar alguns exemplos de educação inclusiva que ocorre na sua escola?

4. Na escola existe algum proposta, projeto, planos, ações, programas ou aperfeiçoamento voltados para a educação inclusiva?

5. De que maneira você quando docente realiza algum atividade relacionado à educação inclusiva?

6. A escola ou município oferta Formação Inicial e política de formação continuada na área da Educação Especial?

7. Você possui conhecimento sobre a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e compreende o processo de sua implementação?

8. Quais são os recursos disponíveis na escola para apoiar alunos com necessidade especiais ou com deficiência?

9. Quais são as políticas e diretrizes da escola relacionadas à educação inclusiva? A educação inclusiva está de acordo com PPP da escola?

10. Quais estratégias a escola utiliza para identificar e atender às necessidades individuais dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem?

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

CAMPUS SÃO BERNARDO

LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA ALUNOS

TEMA: EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL DO INTERIOR DO MARANHÃO

Caro aluno/a, este é um convite para você participar da pesquisa intitulada: **“EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA ZONA RURAL DO INTERIOR DO MARANHÃO”**, como trabalho final para a conclusão do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia, da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, da aluna Mila da Costa Sales, a ser desenvolvida sob a orientação do Prof. Dr. Josenildo Campos Brussio. O presente trabalho tem como objetivo geral **“Investigar como se desenvolvem os processos de educação inclusiva na Escola Municipal da zona rural do interior do Maranhão”**.

Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, inclusive quando não se sentir à vontade na resposta de perguntas de caráter

obrigatório. Todas as informações coletadas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos e mantidas em absoluto sigilo, assegurando assim sua confidencialidade e privacidade dos que tomarem parte na pesquisa. Os dados poderão ser utilizados durante encontros e debates científicos e publicados, preservando o anonimato das participantes. Desde já, agradecemos sua valiosa contribuição.

TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO

Aceito participar da pesquisa intitulada “Educação Inclusiva em uma escola Municipal da Zona Rural do Interior do Maranhão”. Um estudo desenvolvido pela acadêmica/ pesquisadora Mila da Costa Sales e permito que obtenha os dados necessários para fins desta pesquisa científica.

Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos. Autorizo que os materiais e as informações obtidas possam ser usados para a realização de um artigo científico do pesquisador, porém, não deve ser identificado por nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

☐ Aceito

☐ Não aceito

1. Dados pessoais dos participantes**1.1- Gênero**

Masculino ()

Feminino ()

1.2- Idade

11 anos ()

12 anos ()

13 anos ()

14 anos ()

1.3-Série/Ensino fundamental

6 ano ()

7 ano ()

8 ano ()

9 ano ()

1.4- Raça/Etnia

Preto ()

Pardo ()

Branco ()

Indígena ()

Amarelo ()

1.5- Reside na Cidade?

Sim ()

Não () Onde você mora? _____

2. Questionários para os alunos do 6º ao 9º ano

1. Você já ouviu falar sobre educação inclusiva?

Sim ()

Não ()

2. A escola que você estuda realiza ações de educação inclusiva?

Sim () Quais? _____

Não ()

3. Você conhece algum colega que necessita de uma atenção especial voltada à educação inclusiva?

Sim () Quais necessidades? _____

Não ()

4. A escola possui instrumentos de acessibilidade para as pessoas com deficiência (tipo rampa para cadeirante)

Sim () Quais? _____

Não ()

5. A escola desenvolve atividades em Braille para os alunos com deficiência visual ou libras para os alunos com deficiência auditiva?

Sim ()

Não ()

6. Você concorda que todos os alunos, independentemente de suas diferenças ou necessidades especiais, devem ser incluídos em todas as atividades da escola e ter as mesmas oportunidades?

Sim ()

Não ()

7. Você já testemunhou ou foi vítima de algum tipo de discriminação na escola por causa da cor da pele, gênero ou alguma deficiência?

Sim () Poderia contar como foi?

Não ()

8. A escola realiza palestras sobre questões de gênero, raça, alunos com deficiências, que independentemente de suas diferenças, devem ser respeitado e ser incluídos em todas as atividades da escola?

Sim ()

Não ()

9. Você acha que é importante que a escola promova a diversidade e o respeito às diferenças entre os alunos?

Sim ()

Não ()

10. Você já viu alguém ser alvo de discriminação ou preconceito na escola por causa de sua raça?

Sim () Poderia contar como foi?

Não ()